



Departamento de História

As Invasões Francesas – Impactos Sociais e Patrimoniais em Vila Franca de Xira (1809-1814)

Pedro Daniel de Magalhães Carrasco

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em História Moderna e Contemporânea
Ramo de Política, Cultura e Cidadania

Orientador:
Doutor Luís Miguel Carolino, Professor Auxiliar,
ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2017

AGRADECIMENTOS

«Somos como anões aos ombros de gigantes, pois podemos ver mais coisas do que eles e mais distantes, não devido à acuidade da nossa vista ou à altura do nosso corpo, mas porque somos mantidos e elevados pela estatura de gigantes.»

Bernardo de Chartres, referido por João de Salisbúria, *Metalogicon*, III, 4.

Eu não passo de um anão e tenho apenas a agradecer aos meus gigantes. Sem ordem em particular:

Doutor Luís Miguel Carolino;

Dra. Maria Adelaide Cruz;

Dra. Maria João Martinho;

Aos meus familiares, em especial aos meus pais;

Aos meus amigos.

O meu mais sincero obrigado.

RESUMO

A historiografia portuguesa tem repetido a ideia de que as invasões francesas tiveram impactos económicos, sociais e na cultura material em Portugal do início do século XIX. Contudo são escassos os estudos que se focam na análise desses impactos. O foco principal deste estudo passa pela análise dos impactos sociais e materiais durante as invasões francesas no concelho de Vila Franca de Xira.

Neste estudo são exploradas questões relativas aos trabalhadores nas linhas, as suas condições de trabalho e ordenados, bem como a emigração e os óbitos, consequência da invasão das tropas francesas. São também analisadas questões relativas ao património, onde é dado destaque aos furtos e destruição de igrejas, moinhos, quintas e ainda de terrenos agrícolas e abate de árvores.

Através da análise a estes impactos fica claro que as invasões francesas em muito contribuíram para a desestruturação da sociedade no concelho de Vila Franca de Xira, sendo certamente a principal responsável pela quebra demográfica que caracterizou este concelho na primeira metade do século XIX. O desmantelamento de infra-estruturas económicas, para além, claro, da destruição do património edificado de natureza religiosa e civil, teve profundas consequências nas actividades económicas neste concelho, ainda que seja muito difícil quantificá-las com exactidão.

Palavras-Chave: Guerra Peninsular, Vila Franca de Xira, Linhas de Torres Vedras, Invasões Francesas, Impactos Locais

ABSTRACT

The Portuguese historiography has repeated the idea that the French invasions had strong impacts on the Portuguese economical and social structure as well as on the material culture in the early-nineteenth century Portugal. However, there are very few studies that actually focus on the analysis of those impacts. The main focus of this study is the analysis of the social and material impacts of the French invasions in the municipality of Vila Franca de Xira.

This study explores issues related to workers in the lines, their working and wage conditions, as well as emigration and deaths, as a consequence of the invasion of French troops. Topics related to property abuse, the theft and destruction of churches, mills, farms and even agricultural land and tree felling shall also be highlighted.

An analysis of these impacts demonstrates that the French invasions contributed greatly to the dismantling of society in the municipality of Vila Franca de Xira, and it was certainly the main cause of the demographic decline that characterized this county in the first half of the nineteenth century. The dismantling of economic infrastructures, in addition to the destruction of built religious and civil property, had profound consequences for the economic activities in this county, although it is very difficult to quantify them accurately.

Keywords: Peninsular War, Vila Franca de Xira, Lines of Torres Vedras, French Invasions, Local Impacts

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	i
RESUMO	ii
ABSTRACT	iii
ÍNDICE	iv
ÍNDICE DE QUADROS	v
ÍNDICE DE FIGURAS	vi
GLOSSÁRIO DE SIGLAS	vii
INTRODUÇÃO	1
AS INVASÕES FRANCESAS	5
O ESPAÇO	9
A CONSTRUÇÃO DAS LINHAS DE TORRES VEDRAS	11
1.1. O Início da Construção	11
1.2. A Fortificação Progressiva	15
OS IMPACTOS LOCAIS	19
1. Impactos Sociais	19
1.1. Os Trabalhadores nas Linhas	19
1.2. A Emigração e os Óbitos	23
2. Impactos Económicos e Patrimoniais	29
2.1. As Igrejas	29
2.2. Os Moinhos, as Quintas e os Recursos Locais	37
2.3. Outros Casos	43
LIMPEZA E RECONSTRUÇÃO	47
CONCLUSÃO	51
FONTES E BIBLIOGRAFIA	53
1. Fontes	53
1.1. Fontes de Arquivo	53
1.2. Fontes Publicadas	55
2. Bibliografia	57
ANEXOS	59
Doc. 1 – Tabela dos prejuízos que tiveram os proprietários em consequência das obras de fortificação durante a guerra	60

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 - Corpos do Exército no Concelho de Vila Franca de Xira, que deviam receber víveres (29 de Outubro de 1810).....	21
Quadro 2 – Número de Habitantes nas Localidades pertencentes ao actual Concelho de Vila Franca de Xira em 1801-1849.....	26

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Concelho de Vila Franca de Xira e áreas adjacentes em 1810	9
Figura 2 - Concelho de Vila Franca de Xira na actualidade.....	9

GLOSSÁRIO DE SIGLAS

AHM – Arquivo Histórico Militar

AMM – Arquivo Municipal de Mafra

AMVFX – Arquivo Municipal de Vila Franca de Xira

CMTV – Câmara Municipal de Torres Vedras

INTRODUÇÃO

A presente investigação tem como objectivo analisar quais foram os impactos sofridos em Vila Franca de Xira, durante o período da terceira invasão, desde que tiveram início as construções das linhas de defesa, a partir do *Memorandum* de Wellington em 1809, até 1814, ano em que se deu o fim das obras de melhoramento ou recuperação das mesmas. Importa desde já deixar claro que a área geográfica sobre a qual a presente investigação se debruçará é o concelho de Vila Franca de Xira como é conhecido actualmente, com todas as freguesias que compõem o seu território. Portanto, freguesias que à época do estudo eram inexistentes como Cachoeiras, ou faziam parte de outro concelho, como Vialonga ou Póvoa de Santa Iria, terão destaque neste estudo como pertencendo ao concelho de Vila Franca de Xira.

A construção das linhas de defesa teve fortes impactos na população, sendo inúmeros os casos, entre outros, de destruição de moinhos dos particulares, que se encontravam a tapar a visibilidade em zonas de tiro directo ao exército invasor, como o abate de árvores em terrenos, também eles particulares, para que a utilização da madeira fosse feita na construção tanto das fortificações como, por vezes, de pontes. A construção das linhas realizou-se através de um trabalho intensivo e feito com recurso a mão-de-obra civil, pelo que toda a gente, das aldeias das regiões próximas aos locais apontados como ideais para a sua construção, foi mobilizada. Mas estes foram impactos exclusivos da construção das linhas de defesa, denominadas Linhas de Torres Vedras, e não são esses os únicos que pretendo explorar.

De forma a cansar e enfraquecer o exército francês, Wellington recorreu a uma estratégia bastante utilizada durante este período: a política de “terra queimada”. Esta estratégia exigiu grandes sacrifícios às populações, que tinham de destruir as suas colheitas ou bens próprios que pudessem alimentar o inimigo durante a ocupação. Um dos meus objectivos é o de tentar perceber até que ponto isso afectou a população local, tentando saber se depois de posta em prática esta medida houve escassez de víveres resultante da mesma e de que forma foi afectado o aparelho produtivo da região.

A estadia do exército francês em algumas localidades, como a Castanheira do Ribatejo ou até mesmo em Vila Franca de Xira, também deixou as suas marcas. Não contando apenas com as mortes que causaram ou pelos furtos de alimentos que fizeram nas quintas, mas também com a destruição de ermidas ou igrejas e a pilhagem do espólio religioso existente no seu interior. Desta forma pretendo também dar a conhecer as igrejas ou ermidas do concelho

de Vila Franca de Xira que sofreram com a presença do exército francês, algumas ainda hoje existentes, outras já extintas.

Assim sendo, o meu objectivo é perceber e dar a conhecer os impactos sociais e patrimoniais nesta região durante este período. Esta investigação fica então delimitada cronologicamente entre os anos de 1809 e 1814, correspondendo às datas do início da construção das linhas e do fim das obras de melhoramento ou recuperação das mesmas, tal como já indiquei anteriormente. A historiografia portuguesa tem repetido a ideia de que as invasões francesas tiveram impactos económicos, sociais e na cultura material em Portugal do início do século XIX. Contudo são escassos os estudos que se focam na análise desses impactos.

Com excepção do livro de André Filipe Vítor Melícias, *As Linhas de Torres Vedras: Construção e Impactos Locais*, um trabalho pioneiro, ainda assim restrito à região de Torres Vedras e por vezes referenciando Mafra e Sobral de Monte Agraço, são muito escassos os trabalhos historiográficos que se focam verdadeiramente nos acontecimentos e na importância das Linhas de Defesa da cidade de Lisboa aquando das invasões francesas. Esta temática tem ganho relevo desde a evocação dos 200 anos da Guerra Peninsular. Destaca-se facilmente o aparecimento de um volume considerável de trabalhos sobre a temática das Invasões Francesas a partir do ano de 2008. Trabalhos de referência como *A Guerra Peninsular em Santarém. Impacto da Terceira Invasão Francesa na região 1810 e 1811*, da autoria de Fernando Manuel da Silva Rita, ou *As Destruições Provocadas pelas Invasões Francesas em Leiria*, de Ricardo Charters d'Azevedo, têm também um merecido destaque. Apesar disso os trabalhos que existem são bastante sintéticos e apresentam-se mais como divulgadores e não propriamente como estudos históricos de fôlego. Esses trabalhos normalmente tratam as Linhas de Torres Vedras como algo episódico num contexto muito mais amplo, ou então exclusivamente segundo uma perspectiva militar.

São ainda de destacar os trabalhos do Coronel Sousa Lobo que já há largos anos tem vindo a trabalhar sobre esta temática, mas como referi anteriormente, segundo uma perspectiva mais focada no âmbito militar. No entanto, o seu livro publicado em 2015, *A Defesa de Lisboa (1809-1814) – Linhas de Torres Vedras, Lisboa, Oeiras e Sul do Tejo*, já apresenta uma abrangência maior relativamente a este tema. Podem ainda destacar-se alguns autores estrangeiros sobre a questão das Linhas de Torres Vedras, mas estes últimos, também eles, bastante mais focados na importância do papel do General Wellington e dando pouca importância à questão da defesa de Portugal.

A importância desta investigação destaca-se essencialmente, em primeiro lugar, pela ausência de trabalhos historiográficos acerca desta temática e, em segundo lugar, pelo relevo que as Linhas de Torres Vedras, como património turístico, têm vindo a conquistar ao longo dos últimos dez anos.

Desta forma pretendo focar o meu trabalho nos impactos patrimoniais, populacionais e territoriais de forma a se poder compreender melhor os mesmos, preenchendo algumas das lacunas existentes na historiografia sobre as Linhas de Torres Vedras e contribuindo simultaneamente para o aprofundamento dos estudos sobre a Guerra Peninsular e para o estudo da história local de Vila Franca de Xira. Para tal, apesar de outras fontes primárias, irei privilegiar a correspondência trocada com o ministro e secretário de Estado dos Negócios da Guerra, D. Miguel Pereira Forjaz, e recorrendo a um testemunho da época, deixado nas suas memórias, do vila-franquense João Amaral que não podia deixar de ser referido neste trabalho. D. Miguel Pereira Forjaz estava encarregue de todos os assuntos relacionados com a guerra, desde o abate de árvores para a construção dos fortes, à destruição de moinhos para possibilitar uma melhor visão sobre o campo de batalha, incluindo a correspondência com os generais britânicos. João Amaral, por outro lado, deixou nas suas memórias um testemunho importante relativamente à sua experiência durante as invasões francesas; ao modo em como as tropas invasoras actuavam e em que estado ficou Vila Franca de Xira durante as mesmas.

Relativamente à estrutura deste trabalho, ele encontra-se dividido em dois grandes pontos: os impactos sociais e os impactos patrimoniais. No ponto relativo aos impactos sociais será abordada a questão dos trabalhadores nas linhas, as suas condições de trabalho e ordenados, bem como a questão da emigração e dos óbitos. No ponto seguinte, relativamente aos impactos patrimoniais, serão tratadas as questões relativamente aos furtos e à destruição de casas, igrejas, moinhos e quintas e ainda de terrenos agrícolas e abate de árvores.

Como complemento a estes pontos, existem os tópicos introdutórios relativos ao tempo e ao espaço, onde é feita uma introdução histórica e uma contextualização do objecto em estudo, o concelho de Vila Franca de Xira, bem como dois breves apontamentos relativamente à construção das Linhas de Torres Vedras e à fortificação progressiva, consequência do receio de uma nova invasão. Por fim, o último tópico deste trabalho está relacionado com a recuperação; as medidas tomadas para a limpeza das terras, a reconstrução das casas, a supressão da falta de géneros alimentícios e ainda a referência dos prejuízos sofridos pela população bem como as consequentes indemnizações.

A questão dos impactos económicos é analisada ao longo do trabalho, dentro do possível, pois é muito difícil quantificá-las com exactidão. Estes impactos são perceptíveis

através do desmantelamento de infra-estruturas económicas, para além da destruição do património edificado de natureza religiosa e civil, que teve profundas consequências nas actividades económicas neste concelho.

AS INVASÕES FRANCESAS

Após terem falhado as tentativas diplomáticas de manter a paz e na impossibilidade material de impedir uma ocupação militar francesa, dada a disparidade dos meios e forças, restou ao Príncipe Regente, futuro D. João VI, gerir a situação de modo menos prejudicial ao país e à Casa Reinante. Deste modo, a Corte Real optou por se transferir para o Rio de Janeiro abandonando o porto de Lisboa a 27 Novembro de 1807.¹ As estimativas apontam para a partida de cerca de 15000 pessoas, apesar de ainda haver bastante controvérsia em torno dos números, compostas pela melhor nobreza de Portugal, funcionários de Estado e criados, bem como uma volumosa bagagem onde se incluíam os arquivos de Estado e o tesouro real. Para trás ficou o povo e o país sob a regência conhecida como Conselho de Regência de 1807, nomeado em 26 de Novembro do mesmo ano. O Conselho de Regência era composto por nove personalidades representativas da nobreza, clero e magistratura: o marquês de Abrantes, D. Pedro Sá e Meneses; D. Francisco da Cunha Meneses, 1.º marquês de Olhão; Principal Castro, regedor das Justiças; Pedro de Melo Breyner, presidente do Erário Régio; D. Francisco Xavier de Noronha, tendo como substituto o Conde de Castro Marim, Tenente General e Presidente da Mesa da Consciência e Ordens; como Secretário de Estado o conde de São Paio, D. Miguel Pereira Forjaz; João António Salter de Mendonça como Desembargador do Paço e Procurador da Coroa.²

Desta forma foi possível manter a legitimidade da dinastia de Bragança ao contrário do que acontecera com outras casas reinantes que abdicaram ou capitularam face a Napoleão, como no caso de Espanha por parte do rei Carlos IV e pelo seu filho Fernando VII, deixando vago o trono para José Bonaparte, irmão do imperador francês. Desta forma, a Espanha que até então se tinha aliado à França e cujo exército havia entrado em Portugal, ao abrigo do Tratado de Fontainebleau³, passava de um país ocupante a um país ocupado consequência da “traição francesa”.

¹ Cf. Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal*, Vol. II, 3.ª ed, Lisboa, Verbo, 1994, p.18.

² Cf. Ana Cristina Bartolomeu de Araújo, «As Invasões Francesas e a afirmação das ideias liberais» in *História de Portugal*, Vol. V - *O liberalismo (1807-1890)*, José Mattoso (Dir.), Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, pp.24-26.

³ O Tratado de Fontainebleau foi um diploma assinado em segredo entre a França e a Espanha, em 27 de Outubro de 1807 e visava dividir o território português em três partes: as terras Entre Douro e Minho ficavam sob tutela do rei da Etrúria, o Alentejo, o Algarve e as Índias portuguesas sob tutela de Espanha e as províncias de Trás-os-Montes, Beiras e Estremadura sob a tutela de Napoleão.

A entrada em Lisboa por parte de Jean-Andoche Junot (1771-1813), o comandante do exército invasor, no que se passou a chamar a Primeira Invasão Francesa, concretizou-se no dia 30 de Novembro de 1807, poucos dias depois da partida da família real para o Brasil. No primeiro dia de Fevereiro do ano seguinte Junot dissolveu o Conselho de Regência e, em comunicado aos portugueses, declarou que a Casa de Bragança, com a sua partida para o Brasil, havia renunciado ao Trono de Portugal e que este estaria daí em diante sob governo e administração de Napoleão, representado por Junot.⁴ Desta forma deu-se mais um forte golpe na soberania portuguesa que, para além de ter o rei no Brasil e tropas estrangeiras em território nacional, tinha perdido agora os representantes nomeados pelo rei.

Junot abandona Portugal em Setembro de 1808 e, a 2 Janeiro de 1809, o Príncipe Regente D. João VI, em decreto escrito no Brasil para Portugal, restitui o Conselho de Regência. Desta vez D. Miguel Pereira Forjaz passa a ocupar o cargo de ministro e secretário de Estado dos Negócios de Marinha e Guerra, ganhando uma nova importância relativamente a assuntos relacionados com as invasões francesas.⁵

A 12 de Março de 1809 teve início a Segunda Invasão Francesa, desta vez no norte do país, na região de Entre-Douro-e-Minho, onde o exército invasor, liderado por Nicolas Jean-de-Dieu Sout (1769-1851), aproveitando a desorganização provocada pelo patriotismo exacerbado da população, se instalou no Porto a 27 do mesmo mês. A partir do Porto esperava-se que Sout tentasse um avanço para Sul, em direcção a Lisboa, mas tal não chegou a acontecer, pois este ficou retido na cidade. Por um lado não podia correr o risco de avançar sobre Lisboa sem reabastecimentos e, por outro, teria de assegurar a derrota dos generais portugueses no norte, que avançariam sobre a cidade do Porto assim que este a abandonasse. Isto aliado à pressão que o exército anglo-luso estava a fazer sobre a cidade, obrigou Sout a retirar-se da cidade do Porto a 11 de Maio, concluindo a sua estadia que durou pouco mais de um mês.⁶

A Terceira Invasão Francesa começa com a tomada de Almeida, junto à fronteira com Espanha, a 28 Agosto 1810.⁷ Uma importante praça que após ter sido tomada permitiu a entrada do exército francês que seguiu em direcção a Coimbra, mas parou em Viseu entre os

⁴ *Gazeta de Lisboa*, 5 Fevereiro de 1808.

⁵ *Decreto* da Rainha D. Maria I, Lisboa, Impressão Regia, 1809.

⁶ Ana Cristina Bartolomeu de Araújo, *Ibidem*, p.38-40; António Pires Nunes «A Segunda Invasão Francesa» in *Nova História Militar de Portugal*, Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira (Dir.), vol.3, p.81.

⁷ Cf. *Idem*, «A Terceira Invasão Francesa» in *Nova História Militar de Portugal*, Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira (Dir.), vol.3, p.100.

dias 18 e 19 de Setembro para obter recursos. No entanto, os recursos escasseavam, pois havia sido posta em prática a política de terra queimada proclamada pela regência e por Arthur Wellesley, 1.º Duque de Wellington (1769-1852), a 4 de Agosto desse mesmo ano. Seguindo daí até Coimbra, o exército invasor veio a defrontar, a 27 de Setembro, as tropas anglo-lusas que se haviam postado junto à Serra do Buçaco. André Massena (1758-1817) saiu derrotado dessa batalha, no entanto conseguiu contornar a posição das tropas lideradas por Wellington. Coimbra é tomada pelas tropas invasoras lideradas pelo general Pamplona e o exército anglo-luso opta por fazer um recuo estratégico progressivo até às Linhas de Torres Vedras, arrastando consigo o palco de guerra até à Estremadura.⁸

⁸ Ana Cristina Bartolomeu de Araújo, *Ibidem*, p.40.

O ESPAÇO

Neste ponto importa explicitar que a área geográfica que irá ser abordada é o concelho de Vila Franca de Xira como é conhecido actualmente, com todas as freguesias que compõem o seu território. O concelho de Vila Franca de Xira actualmente está dividido em seis freguesias. São elas: Alhandra, Calhandriz e São João dos Montes; Alverca do Ribatejo e Sobralinho; Castanheira do Ribatejo e Cachoeiras; Póvoa de Santa Iria e Forte da Casa; Vialonga; Vila Franca de Xira.

No lugar do actual concelho de Vila Franca de Xira existiram até meados do século XIX quatro concelhos distintos – o de Povos, Alverca, Alhandra e Vila Franca de Xira; em 1855, porém, estavam todos integrados no actual concelho de Vila Franca. Castanheira do Ribatejo foi também sede de um município até à sua extinção com as reformas liberais oitocentistas pelo que também recebe destaque na imagem seguinte (Figura 1). A incorporação da Freguesia de Vialonga, que fazia parte do Concelho de Lisboa, no Concelho de Vila Franca de Xira deu-se apenas em 1885 e não foi uma questão pacífica para a população local.⁹ Por outro lado, a freguesia de Póvoa de Santa Iria foi reintegrada no concelho de Vila Franca de Xira em 1926¹⁰, após ter sido integrada no concelho de Loures para descontentamento da população.



Figura 1 – Concelho de Vila Franca de Xira e áreas adjacentes em 1810

Fonte: Sistema de informação geográfica; IGeoE

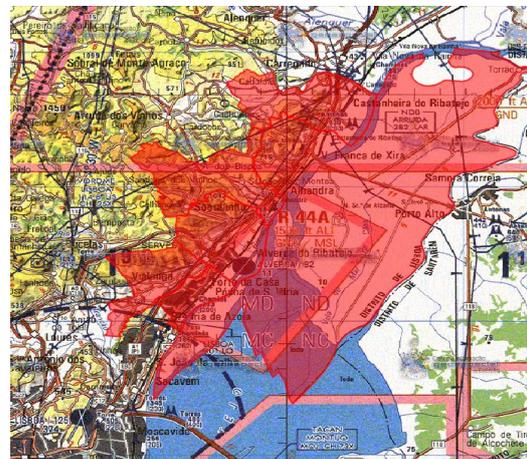


Figura 2 - Concelho de Vila Franca de Xira na actualidade

Fonte: Sistema de informação aeoaráfica; IGeoE

⁹ Vítor Figueiredo, «Alguns Apontamentos para a História da Vialonga Contemporânea (1880-1960)», in *Boletim de Vialonga*. Vila Franca de Xira: Junta de Freguesia de Vialonga, 1992, p.71.

¹⁰ *Diário da República*, Decreto-lei n.º 12614 de 8 de Novembro do Ministério do Interior - Direcção Geral de Administração Política e Civil. *Diário da República*, I Série n.º 250, Lisboa, Imprensa Nacional, 1926

Não é difícil delimitar à época das invasões francesas a área geográfica que o concelho de Vila Franca de Xira ocupa actualmente, pois este pouco ou quase nenhuma alteração sofreu até aos dias de hoje. Assim sendo, com a diferença de no ano de 1810 não existir a freguesia de Cachoeiras, que aparece pela primeira vez na carta geográfica de Portugal levantada por Filipe Folque entre as datas de 1860 e 1865, e das freguesias de Vialonga e Póvoa de Santa Iria que faziam parte do concelho de Lisboa em 1801, a dimensão territorial do actual concelho de Vila Franca de Xira mantém-se praticamente inalterada.

A CONSTRUÇÃO DAS LINHAS DE TORRES VEDRAS

1.1. O Início da Construção

Logo após a saída de Junot do território português, em Setembro de 1808, percebeu-se o risco de uma nova invasão pelo que de imediato se iniciaram os preparativos para a defesa do país. Isto é facilmente observável pelo decreto lançado a 11 de Dezembro do mesmo ano em que se determinou o «Levantamento em Massa» da nação portuguesa. Neste contexto, todos os indivíduos do sexo masculino, entre os 15 e os 60 anos, foram chamados às fileiras dos regimentos de linha, milícia e ordenanças, assim como foi dada a ordem para a construção de fortificações nas povoações mais importantes do reino.¹¹ Desta forma deu-se o início à construção de fortificações na região denominada de Linhas de Torres Vedras, mais concretamente em Torres Vedras, Mafra e Vila Franca de Xira. Para Vila Franca de Xira, foi nomeado pelo Governo das Armas, o Engenheiro Francisco Bernardo de Caula que ficara encarregado de as fazer construir e defender, desde meados de Janeiro de 1809. No entanto, não existe qualquer registo da dimensão ou da localização destas fortificações iniciais.¹² É portanto possível considerar estas fortificações como uma fase embrionária do que veio a ser conhecido como as Linhas de Torres Vedras, com um carácter defensivo bem mais amplo, pois o objectivo destas primeiras fortificações era o de selar os acessos e as estradas às vilas ao passo que as Linhas de Torres Vedras entendiam a defesa de pontos estratégicos e vias de comunicação principais, feita numa linha intransponível em vez de pequenos núcleos defensivos.

O Duque de Wellington reconheceu a zona de Torres Vedras como a mais apropriada para a construção da linha defensiva da capital em Outubro de 1809. A 20 de Outubro do mesmo ano foi enviado o *Memorandum* ao tenente-coronel Richard Fletcher, onde solicitava a avaliação dos meios materiais e de mão-de-obra necessários para organizar o terreno. As posições defensivas assinaladas no *Memorandum* foram sendo alteradas, consequência do próprio curso dos trabalhos, algumas tendo sido construídas em zonas não previstas no *Memorandum*, como foi o caso de Mafra. Por outro lado, Castanheira do Ribatejo era um local previsto para ser fortificado e onde seriam colocados 10.000 homens, essas construções foram mandadas suspender pela fragilidade das posições que podiam ser contornadas tal

¹¹ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Conselho de Guerra, Decretos, Mç. 167, cx. 420, doc. 55, *Decreto de 11 de Dezembro de 1808*.

¹² Cf. André Filipe Vítor Melícias, *As Linhas de Torres Vedras – Construção e Impactos Locais (H12)*, Torres Vedras, CMTV, 2008, pp.46-47.

como foi observado por Fletcher e por Neves Costa na sua «Memória Militar Respectiva ao Terreno a Norte de Lisboa.».¹³ No *Memorandum* estavam assim indicadas apenas algumas ideias de um sistema de defesa que foi aperfeiçoado de tal forma que acabou por se concretizar nas Linhas de Torres Vedras. Relativamente aos objectivos desta barreira defensiva estava em primeiro patamar assegurar o embarque do exército britânico em caso de retirada e como complemento desse objetivo estava então a salvaguarda da cidade e do porto de Lisboa das tropas francesas.¹⁴

A principal linha de defesa, mais tarde denominada de Segunda Linha, formou-se a partir do conhecimento de que existiam apenas quatro estradas para Lisboa e foi com o propósito de as bloquear que esta se construiu. As três primeiras estradas, que passavam entre ou por cima de grandes e fortes barreiras naturais, a saber: Mafra, Montachique e Bucelas e a quarta, mais próxima do Tejo e menos íngreme, Alhandra. Sendo o território entre estas estradas acidentado, o atraso e a dificuldade do avanço de um exército e da sua artilharia era inevitável e também uma alternativa pouco segura. A proposta de defesa foi bloquear estes caminhos e auxiliar na sua defesa, transformando as diferentes alturas entre eles numa forte e única linha defensiva para assegurar uma barreira, conectada através da Península, que um invasor teria de forçar através de um ataque frontal para conseguir chegar à cidade de Lisboa.¹⁵ Para executar esta obra de engenharia militar foi necessário remover e transportar um volume imenso de terra e pedra recorrendo ao uso de cestos e de carros de mão. O trabalho da construção foi intensivo e feito com recurso a mão-de-obra civil. O número de pessoas recrutadas variou entre 5000 e 7000 e toda a gente das aldeias da região foi mobilizada.¹⁶

Apesar da urgência com que o pedido de construção deste sistema defensivo foi feito a Fletcher, no *Memorandum*, o ritmo de construção não correspondeu à mesma. Os factores seriam diversos; um melhor estudo do terreno por parte dos engenheiros, as dificuldades na mobilização de mão-de-obra junto das populações locais, ou até mesmo a proximidade do Inverno. Com a visita de Wellington em Fevereiro de 1810 às zonas de construção, e fazendo

¹³ Francisco de Sousa Lobo, *A Defesa de Lisboa – Linhas de Torres Vedras, Lisboa, Oeiras e Sul do Tejo (1809-1814)*, Lisboa, Tribuna da História, 2015, pp. 69-71.

¹⁴ *Idem, Ibidem*, p. 91.

¹⁵ Colonel John T. Jones, *Memoranda Relative to the Lines Thrown up to Cover Lisbon in 1810*, Londres, C. Roworth, 1829, p.8.

¹⁶ CF. Francisco de Sousa Lobo, *A Estratégia Militar das Linhas de Torres Vedras no Concelho de Vila Franca de Xira* in *Memórias de Pedra e Cal. Vila Franca de Xira*, Museu Municipal de Vila Franca de Xira, 2001, p. 125.

ele o seu próprio reconhecimento, a construção das fortificações ganhou um novo ímpeto. Os atrasos na chegada das tropas invasoras a esta zona contribuíram também para um aperfeiçoamento das fortificações, de modo que estas passaram a ter uma fiabilidade bastante superior à que tinham anteriormente em termos defensivos.¹⁷

¹⁷ Cf. Melícias, *Ibidem*, pp. 49-51.

1.2. A Fortificação Progressiva

As actividades nas linhas acompanharam a ameaça napoleónica. Quando esta se apresentava mais iminente ocorria uma maior preocupação e esforço na fortificação dos terrenos. Concluído o traçado original das Linhas de Torres Vedras deixado no *Memorandum*, com ligeiras alterações, algumas já referidas no ponto anterior, teve início o reforço de posições avançadas relativamente aos pontos estratégicos que já tinham sido fortificados. Estas posições avançadas foram posteriormente elevadas à categoria de linha efectiva, passando a denominar-se de primeira linha. Tal foi o caso de Alhandra que em Julho de 1810 foi considerada como um posto avançado de Vialonga¹⁸, por John Thomas Jones, que ficou encarregue do comando das obras de construção das várias fortificações, a mando do tenente-coronel Richard Fletcher, que se ausentou para junto do exército de Wellington onde tomou parte na Batalha do Buçaco a 27 de Setembro.

Apesar desta consideração por John T. Jones em Julho, é possível observar através de algumas cartas, que já se efetuavam cortes de madeira no Pinhal do Escaroupim, propriedade do Conde de Castro Marim, e em pinhais particulares em Abril desse mesmo ano. Essas madeiras foram requeridas pelo tenente-coronel Fletcher antes da sua partida de Lisboa e o valor das mesmas estava a ser pago aos seus proprietários. Foram requeridos 200 pranchões com 20 pés de comprimento e 2 polegadas de grossura, aproximadamente 6 metros de comprimento e 2,5 centímetros de grossura, que não existiam nem no Pinhal do Escaroupim nem em nenhum dos pinhais dos particulares, como foi declarado em correspondência. O Juiz Ordinário da Vila de Samora Correia aconselhou que os devidos cortes deveriam ser efetuados nos pinhais da Sereníssima Casa do Infantado, pois lá existiriam as madeiras com as medidas requeridas pelo tenente-coronel Fletcher. Para suprimir esta falta de madeiramento, foram enviadas para Vialonga e Alhandra as madeiras existentes na localização de Valada, consequência do abandono das construções de fortes nesta mesma localidade devido ao seu afastamento relativamente aos outros pontos que estavam destinados a serem fortificados.¹⁹

¹⁸ Entenda-se que quando se refere Vialonga, cujas fortificações se encontram mais próximas do Tejo, se situam na actual localidade de Forte da Casa, inexistente à Época.

¹⁹ *Correspondência de José António Soares Pinto Mascarenhas Castelo Branco, juiz de fora da Vila Franca de Xira, para D. Miguel Pereira Forjaz, ministro e secretário de Estado dos Negócios da Guerra, sobre fortificações e obras*, AHM/DIV/1/14/130/30.

Alhandra ganhou um novo relevo como ponto a fortificar, consequência do abandono das construções na zona de Castanheira do Ribatejo. O posto de Alhandra, à semelhança da zona de Castanheira, também seria facilmente contornado, neste caso pela zona interior do país, à sua esquerda, por entre os montes de Calhandriz e como tal essa zona foi fortificada com uma corrente de redutos que se apoiariam uns aos outros, tal como já acontecia noutras zonas da linha de defesa. Começaram os trabalhos nessa zona 1500 homens e quando foram concluídos os redutos ficou fechado o único caminho possível para esta ser contornada com as peças de artilharia do exército francês.²⁰

No ano seguinte, em 1811, manteve-se o esforço de ampliação, consolidação e reconstrução nas Linhas de Torres. Ao longo desse ano fizeram-se obras de reabilitação dos fortes ao longo das linhas de defesa, reparando os danos provocados pelo Inverno do ano anterior. Os fortes localizados em Alhandra eram suportados pela madeira vinda da Sereníssima Casa do Infantado, em Samora Correia. No início desse ano, em Fevereiro, foi necessário o requerimento de carros para o seu transporte, pois apesar de a madeira continuar a ser cortada incessantemente, não havia meio de a transportar para Alhandra. O pedido partiu do quartel de Alhandra para que D. Miguel Pereira Forjaz ordenasse a uma das Juntas de Salvaterra, Alcochete, Mouta ou Aldeia Galega, para que a disponibilização dos carros fosse feita por uma destas para se poder dar continuidade ao transporte das madeiras, tendo a Aldeia Galega sido escolhida para os aprontar e conduzir.²¹

Os cortes nos pinhais que pertenciam à Sereníssima Casa do Infantado, em Samora Correia, continuaram de forma incessante pois os requerimentos de madeira que, tinham sido feitos inicialmente por Fletcher, haviam agora sido feitos por John T. Jones. O requerimento foi de 150 paus, com 30 palmos de comprimento e 1 palmo de diâmetro, aproximadamente 3 metros de comprimento e 10 centímetros de diâmetro e ainda 200 pranchões com medidas entre os 12 e os 18 palmos e 1 polegada de grossura, aproximadamente 1,2 e 1,5 metros de comprimento e 2,5 centímetros de grossura. Isto já em Abril desse ano. Desta forma podemos perceber que a necessidade em obter estas madeiras, e com estas medidas específicas, continuava a ser importante. O risco de uma nova invasão levou a este estado de alerta, o poderio militar francês estava longe de estar esgotado em 1811 e o estado de alerta manteve-se elevado.

²⁰ Colonel John T. Jones, *op. cit.*, pp. 24-25.

²¹ *Ofícios de William Reid para D. Miguel Pereira Forjaz, ministro e secretário de Estado dos Negócios da Guerra, sobre o corte de madeira para as obras da fortificação de Alhandra, AHM/DIV/1/14/173/72.*

No entanto, e como já havia sido frisado em correspondência, por parte de D. Miguel Pereira Forjaz, os abates das árvores não poderiam causar danos maiores nos pinhais de Samora Correia. É em resposta que, o Almojarife de Samora e Belmonte, declara que não se podem efectuar mais cortes nos pinhais da Sereníssima Casa do Infantado sem causar a destruição quase total desses pinhais e sem causar prejuízos à mesma. Fica claro que a continuação dos cortes iria apenas levar à destruição deste pinhal, contudo, não existiam em mais lado nenhum; nem nos pinhais particulares, nem nos pinhais pertencentes à Coroa em Escarpoum, as madeiras com as medidas que haviam sido requeridas pelo Coronel John T. Jones para serem levadas para os fortes de Alhandra.²²

Em 1812 mantiveram-se activas, e foram ainda reforçadas, as Linhas de Torres Vedras. O potencial de combate de que os franceses ainda dispunham foi um factor fulcral para esta decisão. Apenas em Setembro é que se suspenderam a maioria dos trabalhos e deu-se a recolha de alguma artilharia instalada nos diversos pontos fortificados.²³ Nesse ano, e apesar das advertências colocadas anteriormente aos cortes efectuados em Samora Correia, foi feito novo pedido de madeiras a 27 Março para os fortes de Alhandra.²⁴ Não se sabe, no entanto, se esses cortes foram efectivamente executados.

No ano de 1813 começaram a ser recrutados camponeses para fazerem faxinas novas nas zonas desprotegidas do revestimento dos fortes. Tal era exigido pela progressiva ruína das obras, que uma constante vigilância permitia facilmente colmatar. Foram, assim, feitas reparações em zonas críticas tendo como objectivo que a degradação não se agravasse de tal modo a inutilizar as fortificações.²⁵

Afastada quase por completo a ideia de uma nova invasão, deu-se início à conclusão dos trabalhos de fortificação e a dispensa dos homens que se encontravam encarregues da mesma. Em Março de 1813, o Tenente-Coronel Fletcher, expediu a ordem para que o número de homens do Destacamento das Estremaduras empregado nos trabalhos de Fortificação do Distrito de Vialonga fosse reduzido para 120 praças, admitindo no entanto, os indivíduos que voluntariamente se oferecerem para suprimir essa diminuição. Nessa mesma carta,

²² *Ofício de José da Costa Araújo para D. Miguel Pereira Forjaz, ministro e secretário de Estado dos Negócios da Guerra, sobre os cortes de madeira necessária para os fortes de Alhandra, AHM/DIV/1/14/173/44.*

²³ Cf. Francisco de Sousa Lobo, *A Defesa de Lisboa – Linhas de Torres Vedras, Lisboa, Oeiras e Sul do Tejo (1809-1814)*, Tribuna da História, 2015, p. 237.

²⁴ *Ofício de D. Miguel Pereira Forjaz, ministro e secretário de Estado dos Negócios da Guerra, para o capitão G. F. Meineke sobre o pedido de madeira para as fortificações, AHM/DIV/1/14/060/085.*

²⁵ Cf. Francisco de Sousa Lobo, *Ibidem*, p. 237.

intermediada por Joaquim Norberto Xavier de Brito²⁶ e de seguida dirigida a Manuel de Brito Mouzinho, ajudante general, o Tenente-Coronel Fletcher insiste para que este se inteire que desde 13 de Janeiro de 1812 que o distrito de Alenquer falhava no envio de homens para o destacamento colocado em Vialonga e que isso estava a atrasar a conclusão das obras de fortificação desse mesmo distrito.

[...] quando a 13 de Janeiro de 1812 o districto de Alenquer principiou a fornecer este Destacamento que até então tinha sido de 358 praças efectivas, foi este numero reduzido a 300. Que entretanto o Capitão mor do districto, alegando sempre diversos motivos que o impossibilitavam de satisfazer a este numero progressivamente e foi desde logo diminuindo. Que tendo chegado a ponto de o induzir a menos de 100 praças, e o mais regularmente a 140. Diversas vezes insisti para que [ileg.] augmentar este numero, do qual rezultava hum considerável atrazamento na conclusão das obras com as circumstancias em que aquelle Districto se acha dirigi hum officio ao sobredito Capittão mor em data do 1º do corrente mez de Março, no qual lhe declarei que eu não exigia para o futuro mais do que 150 homens e apezar disso o presente Destacamento consta unicam.te de 123 praças.²⁷

A 30 de Maio de 1814 as Linhas de Torres Vedras passaram a ser responsabilidade de Portugal. As obras de manutenção e conservação mantiveram-se até então, sendo executadas por camponeses e milícias, sob a direcção de engenheiros portugueses.²⁸

²⁶ Joaquim Norberto Xavier de Brito (1774-1843) foi promovido a Tenente em 1796, sendo incorporado no ano seguinte ao Real Corpo de Engenheiros, servindo sob as ordens do Marechal Duque de Lafões. Em 1807 foi encarregado de elaborar a carta militar de uma parte da província de Estremadura. Em 1809 ficou encarregado das fortificações e linhas de defesa de Lisboa onde ficou até 22 de Junho de 1815, quando foi promovido a Tenente-Coronel.

²⁷ *Ofício de Joaquim Norberto Xavier de Brito para Manuel de Brito Mouzinho sobre a redução do número de homens do Destacamento das Ordenanças empregado nos trabalhos da fortificação do distrito de Vialonga*, AHM/DIV/1/14/175/48.

²⁸ Cf. Francisco de Sousa Lobo, *Ibidem*, p. 237.

OS IMPACTOS LOCAIS

1. Impactos Sociais

1.1. Os Trabalhadores nas Linhas

Considerarei como impacto social a questão dos trabalhadores envolvidos na construção nas linhas, não tanto pelas eventuais más condições em que estes teriam de trabalhar, mas sim pela necessidade que estes tiveram de se deslocar, muitas vezes várias dezenas de quilómetros para longe das suas casas para ajudar na construção dos fortes, pois o trabalho manual das Linhas foi executado maioritariamente pelos camponeses da região e por dois regimentos de milícias. Quando se iniciaram os trabalhos os camponeses eram recrutados e trabalhavam nas construções aproximadamente uma semana até serem dispensados. O seu trabalho era pago e estes recebiam \$120 réis por dia como trabalhadores e \$240 réis como mecânicos. Subsequentemente com o aumentar do trabalho e a sua duração, chegando quase a ser uma ocupação permanente para os camponeses, os salários foram aumentados para \$200 réis diários para os trabalhadores e \$320 réis para os artificies.

A falta de trabalhadores na zona de Alhandra era tal que, em Agosto de 1810, começaram a empregar-se também mulheres e crianças para efectuarem esses trabalhos. A 1 de Agosto de 1810, John T. Jones, numa carta a D. Miguel Pereira Forjaz, fez um requerimento para que o Regimento de Milícias de Figueiras, estacionado em Mafra, fosse transferido para Alhandra para ajudar nos trabalhos de construção pois a mão-de-obra aí era escassa e em Mafra, nesta altura, os trabalhos eram mínimos.²⁹ O número de trabalhadores em Alhandra aumentou de tal forma que exclusivamente nessa zona trabalhavam mais de 2500 pessoas e o fornecimento ordinário da cidade deixou de ser suficiente para provisionar todas aquelas pessoas. Para colmatar esta falta foi então requerido pão nos distritos vizinhos, para que fosse possível fornecer a cada trabalhador, aproximadamente, meio quilo de pão por dia; o preço seria deduzido no salário dos trabalhadores no final da semana. Este sistema foi melhorado quando as provisões da região se esgotaram no Inverno de 1810 e 1811, passando a serem fornecidos aproximadamente meio quilo de biscoito³⁰, sendo deduzidos 3 vinténs

²⁹ *Correspondência de John Jones para D. Miguel Pereira Forjaz, ministro e secretário de Estado dos Negócios da Guerra, sobre oficiais, obras de fortificação e transferência de trabalhadores de Mafra para Alhandra*, AHM/DIV/1/14/169/020, p.5.

³⁰ O biscoito, do latim *biscoctus*, era o pão comum, que tal como o nome indica era cozido duas vezes. Esta dupla cozedura fazia com que o pão ficasse mais rijo e consequentemente durasse mais tempo do que o pão que era cozido apenas uma vez.

diários a cada trabalhador.³¹ No entanto, e tendo-se então aumentado os trabalhos de fortificação, sob o comando do Real Engenheiro Foster, e conseqüentemente aumentado também o número de trabalhadores, como foi referido anteriormente, gerou-se uma falta de pão para se distribuir pelos mesmos. O relato é de que a falta de pão cozido era tão excessiva na noite do dia 4 de Agosto de 1810 que não havia sequer 200 pães para distribuir pelos trabalhadores. Em ofício para D. Miguel Pereira Forjaz, o Capitão-mor Diogo José Palmeiro relata ter enviado alguém a uma fábrica de pão existente em Sacavém para comprar 2000 pães e que essa mesma quantidade teria de ser entregue todos os dias daí em diante. O dinheiro seria descontado no pagamento dos trabalhadores encarregues dos trabalhos de fortificação no fim de cada semana, tal como já era habitual. Ficava desta forma resolvida temporariamente a questão do abastecimento do pão para os trabalhadores nos fortes de Alhandra.³²

Relativamente aos soldados, eram-lhes distribuídos depósitos com fornecimento de pão para dez dias, carne para cinco dias e bebidas alcoolizadas para dez dias. Wellington especificou a quantidade que seria providenciada cada dia em meio quilo de carne, meio quilo de biscoito ou aproximadamente setecentas gramas de pão de trigo, e meio litro de vinho ou 25cl de outro tipo de bebida alcoolizada.³³ No final de 1808 havia 30.000 soldados britânicos e 20.000 soldados portugueses que num só dia de rações esgotavam aproximadamente 23.000 quilos de carne, 23.000 quilos de biscoito ou 34.000 quilos de pão de trigo, aproximadamente 29.000 litros de vinho ou 14.000 litros de bebidas alcoolizadas.³⁴ Através destes dados podemos perceber a magnitude da pressão exercida relativamente à produção de víveres que, era quase toda focada para alimentar as tropas. No entanto não podemos esquecer também a alimentação dos animais de carga, cavalos e bois, que serviam para transportar os mantimentos e as armas, e cujo aglomerado, fora do habitual, terá obrigado sem dúvida a um aumento da produção ou até mesmo à importação de feno vindo de outras regiões próximas.

³¹ Colonel John T. Jones, *op. cit.*, pp.77-78.

³² *Ofício de Diogo José Palmeiro para D. Miguel Pereira Forjaz, ministro e secretário de Estado dos Negócios da Guerra, sobre obras e abastecimentos*, AHM/DIV/1/14/164/22.

³³ Colonel John Gurwood, *The Dispatches of Field Marshall – The Duke of Wellington, during is various campaigns in India, Denmark, Portugal, Spain, the Low Countries, and France*. Volume 3, Londres, Parker, Furnivall, and Parker, 1844, p. 48.

³⁴ Troy T. Kirby, *The Duke of Wellington and the Supply System During the Peninsula War*, Tese de Mestrado em História Militar apresentada à Faculty of the U.S. Army Command and General Staff College, 2011, pp.31-32.

A tabela seguinte, apesar de não ter uma relação directa com os trabalhadores nas linhas, merece destaque pois ajuda a perceber que quando os corpos do exército se encontravam nas localidades, os recursos aí existentes passavam a ser-lhes dirigidos.

	Regimento	Nº de Praças	Parelas de Machos³⁵	Juntas de Bois³⁶	Bestas de Carga
	Infantaria nº 2	1379			
	Infantaria nº 12	1331			
	Infantaria nº 14	1284			
	Batalhão de caçadores n.º 5	468			
	Brigada de artilharia de calibre 6	174	58 (116 Cavalos)	29 (58 Bois)	
	Brigada de artilharia de calibre 3	92	11 (22 Cavalos)	12 (24 Bois)	42
	Artilheiros de linha e artilheiros ordenanças na guarnição dos pontos fortificados, no distrito de Alhandra	466			
	A divisão do coronel Lecor, compreendendo os regimentos de milícias de Santarém, Idanha, Castelo Branco, Covilhã e Feira	2927			
Total	-----	8094	69 (138 Cavalos)	41 (82 Bois)	42

Quadro 1 - Corpos do Exército no Concelho de Vila Franca de Xira, que deviam receber víveres (29 de Outubro de 1810)³⁷

³⁵ Parela de machos é o nome dado a uma dupla de cavalos. A dupla de cavalos tinha capacidade para produzir muito mais trabalho em menos tempo, comparativamente com a Junta de bois.

³⁶ Junta de bois é o nome dado a uma dupla de bois utilizados para desenvolver trabalhos de tracção em actividades rurais como puxar um carro de bois ou um arado.

Considerando o número aproximado da totalidade de soldados ingleses e portugueses, ou seja, aproximadamente 50.000 homens, referido anteriormente, e analisando a tabela, onde se pode observar que só em Vila Franca de Xira estavam presentes 8.000 homens, conseguimos perceber a importância desta localidade em termos de abastecimento de víveres do exército.

³⁷ Tabela construída com base no documento: *Relação das forças que tinham em armas, no dia 29 de Outubro, os corpos do Exército em operação*, AHM/DIV/1/14/049/27.

1.2. A Emigração e os Óbitos

Foram vários os factores que levaram as populações a abandonarem as suas casas. No entanto, de acordo com as fontes e bibliografia analisada, é possível que os mais relevantes tenham sido os seguintes: a política de terra queimada, as acções praticadas pelos franceses e a expropriação por parte do exército aliado. De um lado estavam as tropas inglesas e portuguesas, que a mando do General Wellington deram início à política de “terra queimada”. Do outro lado estavam as tropas francesas que pilhavam e matavam indiscriminadamente à sua passagem.

É a partir destes dois pontos que esta temática se desenvolve, para que se possa perceber o porquê de as populações terem abandonado as suas casas. Será fácil de observar que não foi única e exclusivamente pela iminência de uma batalha à sua porta, apesar de esse ter sido um factor importante, mas também pelos esforços exigidos pelas tropas aliadas, que deixaram muita gente sem praticamente nada. Houve ainda casos em que as pessoas regressaram, apenas para verem as suas casas completamente pilhadas ou destruídas, ou ainda casos em que as suas casas foram requeridas pelas tropas aliadas para servirem de armazém. Alguns destes casos serão explorados na parte final desta temática.

A política de “terra queimada” foi uma estratégia bastante utilizada durante este período e ordenada por Wellington, que exigiu grandes sacrifícios às populações, que tinham de destruir as suas colheitas ou bens próprios que pudessem alimentar o inimigo durante a ocupação. A matança do gado e a destruição das culturas para o exército francês não se apoderar delas, o abandono dos campos, não só pela imposta política de “terra queimada”, mas também pela deslocação das populações para trabalharem nas Linhas, trouxeram graves consequências ao nível das subsistências. João Amaral descreve a execução do plano de terra queimada na vila, pelo exército anglo-luso, que fez correr o vinho pelas ruas cobertas de trigo, cevada, milho, centeio, fava, ervilha e legumes de toda a qualidade num dia chuvoso e tudo apodreceu. Relata ainda os estragos provocados pelo inimigo, nos cartórios públicos e particulares; onde arruinaram prédios urbanos, de onde arrancaram as madeiras, das portas e das janelas, para queimar nos dias de chuva e frio que se fizeram sentir. As gavetas e os gavetões dos móveis foram levados para o campo, para servirem para dar alimento aos animais e os moinhos de vento foram utilizados para moer os grãos que lá ainda ficaram.³⁸

³⁸ João José Miguel Ferreira da Silva Amaral, *Ofertas Históricas Relativas à Povoação de Vila Franca de Xira para Instrução dos Vindouros* [1856], Leitura actualizada e prefácio de Maria Cristina Marques, Volume II, Vila Franca de Xira, Edições do Museu Municipal, 1997, p.78.

Da segunda invasão dos Franceses comandados por Massena em 1810, pouco escreverei, porque com os moradores daqui fugindo me acolhi às linhas que guarnecidas de 30 mil homens cobriram Lisboa e todos que ali se refugiaram. A 5 de Outubro de 1810 abandonei a minha casa salvando apenas roupas e trigo; tudo mais ficou presa do plano de guerra adoptado então pelos Ingleses talar as terras por onde o Exército Francês devia passar ou estacionar-se. As vasilhas cheias de vinho se lhe tiravam as bombas e enxurravam as ruas; as lojas de víveres se estragavam, os celeiros de trigo se despejavam para as ruas; e ainda quando se ensacasse quem o conduziria para o cais para o embarcar, carecendo-se de transportes que o Governo não cuidou em prevenir. Os carreiros abandonaram os carros, salvando os bois passando-os às Lezírias, e outros os conduziram para cá das linhas e depois os venderam para o talho dos açougues. Os próprios Ingleses entornavam as pipas de aguardente e cachaças, as barricas da bolacha, de carne salgada, e bacalhau tudo se inutilizava a fim de não cair no poder dos Franceses [...]³⁹

A política de “terra queimada”, aliada à cedência de víveres para alimentar os soldados e também os trabalhadores nas fortificações, como já foi referido anteriormente, terão sido esforços demasiado grandes para a população local suster. Ainda assim, e contra as dificuldades que lhes foram apresentadas, houve ainda casos de trabalhadores que continuaram a semear e a tratar das plantações. Algumas delas acabariam por ser arruinadas por tropas inglesas ou portuguesas, conforme a necessidade que tinham, para se alimentar ou para desbravar o caminho para se construírem passagens.

Num levantamento feito à época com a relação dos mortos, delitos e de outros danos feitos nos bispados pelo Exército Francês, a comando do general Massena, durante a invasão de 1810 e na retirada em 1811, regista-se numa tabela dois dados relativamente à freguesia de Alhandra. Terão sido 8 as pessoas que foram mortas de imediato e 11 as casas que foram incendiadas ou destruídas por completo durante esta invasão. No texto que ladeia a tabela, há um relato feito de forma geral sobre a barbaridade da ocupação francesa, nos maus tratos à população e a devastação provocada em património e bens, que nos permite perceber a forma como as tropas francesas actuavam.

³⁹ João José Miguel Ferreira da Silva Amaral, *Ofertas Históricas Relativas à Povoação de Vila Franca de Xira para Instrução dos Vindouros* [1856], Leitura actualizada e prefácio de Maria Cristina Marques, Volume I, Vila Franca de Xira, Edições do Museu Municipal, 1991, p.148.

Além das pessoas de que se faz menção neste Mappa, muitas outras tem morrido depois por cauza de pancadas, tiros e feridas, com que foram maltratadas pelos Francezes; fadigas, moléstias e privações de toda a espécie e continuam a morrer. Ignora-se mesmo a sorte de algumas, que foram obrigadas a ir com o inimigo.

Todas as do sexo feminino, sua maior parte, que tiveram a infelicidade de lhe cahir nas mãos, forão atroz, e brutalmente insultadas sem respeito a idade, ou condição, nem a moléstias; e muitas mortas por modos os mais bárbaros, e exquisitos, sem lhes valer terem fugido para as serras, e sítios os mais inacessíveis.

Os templos foram horrorosamente profanados com ultrajes do Mistério mais Augusto da Religião, onde não pode acautelarse, com irrizão, a destruição das Imagens quazi todas, demolidos os Altares, queimados todos os moveis e o mesmo pavimento e forro, e muitos dos telhados; abrigarão muitas sepulturas, pela suspeita de que occultarião dinheiro, ou outras preciosidades; e de alguns fizeram lupanar⁴⁰.

Quazi nada escapou pelos campos, e terras por mais escondido que estivesse; porque as gentes aprehendidas eram afogadas com cordas, e padeciam outros tratos os mais deshumanos para que declarassem onde paravão as couzas escondidas; afinal erão mortas a tiro ou a ferro; ou as deixavam enforcadas em árvores.

As terras pela maior parte ficarão incultas, por falta de gados, de braços, e de sementes: e a maior parte dos habitantes vivem unicamente das ervas do campo.

Em muitas das relações não se faz especial menção ao numero de cabeças de gado roubado, ou das quantidades de géneros, dinheiro, etc, mas hé certíssimo, que em todas as freguesias invadidas, se fizeram os mesmos roubos, e desacatos, que se fizeram n'aquellas, de que há no Mappa declaração.

Finalmente todas as freguesias invadidas, ficarão reduzidas á maior miseria que pode imaginar-se: e hé este o testemunho unanime de todos os Parochos.

Os templos, e as Cazas, que não forão inteiramente, ou demolidas, ficarão somente com as paredes, e telhados, sem portas, sem janelas, ou traste de qualidade alguma, com muito poucas excepções. Não há exemplo de devastação tão barbara, e de mãos dadas com a mais decidida impiedade!⁴¹

Começa desta forma a compor-se um cenário que difficilmente faria com que alguém optasse por não abandonar a sua casa. A presença de Massena e do exército francês fez-se sentir em Vila Franca de Xira pela segunda vez a 15 de Outubro de 1810 durante cerca de um mês. Aqueles que optaram por abandonar as suas casas de forma momentânea, refugiando-se

⁴⁰ Lupanar - Casa de prostituição, bordel.

⁴¹ *Relações dos mortos, delitos e mais danos feitos nos bispados pelo Exército Francês, comandado pelo general Massena, na invasão de 1810 e na retirada em 1811*, AHM/DIV/1/14/092/13.

em Lisboa até à retirada das tropas francesas dessa e de outras localidades, regressaram apenas para verem as suas casas e os seus bens completamente destruídos.

Para além das casas completamente arrasadas pelas tropas francesas, houve ainda casos em que algumas foram utilizadas por parte do exército anglo-luso para servirem como armazéns. Existe o registo de duas casas que foram utilizadas para arrecadação de material, duas ocupadas com ferramentas e uma outra ocupada com oficina de ferreiros.⁴²

É portanto difícil saber ao certo o número exacto de pessoas que abandonaram as suas casas para se refugiarem em Lisboa ou para trás das linhas de defesa, mas é correcto afirmar que este fenómeno foi uma realidade para a população de Vila Franca de Xira. Tendo como base os censos populacionais de 1801 e de 1849 conseguimos perceber que houve de facto uma quebra no número de habitantes. Porém isto não indica de imediato que o número de óbitos tenha aumentado subitamente com a chegada do exército francês, ou que a natalidade tenha diminuído, mas sim que a população que fugiu, essa sim em maior quantidade certamente, não retornou às suas casas quando o exército francês abandonou o território português.

Freguesia	Habitantes em 1801	Habitantes em 1849
Alhandra	2078	1544
Alverca	1632	1478
Cachoeiras	-----	598
Calhandriz	378	444
Castanheira do Ribatejo	809	690
Póvoa de Santa Iria	910	1054
Povos	295	326
São João dos Montes	1032	1194
Vialonga	974	1321
Vila Franca de Xira	3839	3588

Quadro 2 – Número de Habitantes nas Localidades pertencentes ao actual Concelho de Vila Franca de Xira em 1801-1849⁴³

⁴² Esta afirmação é suportada pelo documento em anexo. Doc. 1 - Tabela dos prejuízos que tiveram os proprietários em consequência das obras de fortificação durante a guerra.

⁴³ Tabela construída com base no recenseamento da população Portuguesa de 1801 e 1849. Luís Nuno Espinha da Silveira (coord.), *Os recenseamentos da população portuguesa de 1801 e 1849: Edição Crítica*, Vol. 1-3, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística, 2001.

Podemos observar que apesar da diferença entre os dois censos ser de quase cinquenta anos, existe uma quebra populacional em Alhandra, Alverca, Castanheira do Ribatejo e em Vila Franca de Xira. Não havendo mais dados para além dos censos, é difícil afirmar com toda a certeza as causas para estas quedas. Poderia ter sido apenas um decréscimo da natalidade, apesar de ser pouco provável, ou uma emigração posterior às invasões. No entanto e como se sabe, houve uma forte emigração para trás das Linhas de Torres e para Lisboa e João José da Silva Amaral, um morador e natural de Vila Franca de Xira foi contemporâneo durante as invasões francesas e afirma que a população diminuiu consideravelmente em Vila Franca de Xira com a emigração de 1810. Muitas famílias não voltaram, acabando por se estabelecer nas localidades onde foram acolhidas devido à sua fuga.⁴⁴

Outro ponto relevante relativamente a este censo está precisamente nos locais em que houve uma queda no número de habitantes. Estes foram os locais em que os impactos, tanto da passagem ou estadia do exército francês, bem como de outros factores, como a construção dos fortes, se verificaram em maior quantidade. O único local que foge à tendência é Vialonga, que não chegou a sofrer com a passagem dos franceses, no entanto também aí, foram construídas fortificações que geraram impactos locais, como será visto mais à frente no ponto relativo aos impactos patrimoniais.

⁴⁴ João José Miguel Ferreira da Silva Amaral, *Ofertas Históricas Relativas à Povoação de Vila Franca de Xira para Instrução dos Vindouros*, Volume I, 1991, p.65.

2. Impactos Económicos e Patrimoniais

2.1. As Igrejas

Referindo agora os impactos sofridos pelas igrejas e pelas capelas, também o seu património foi alvo de saque por parte do exército francês, e onde em muitos casos se seguia a destruição total ou parcial das mesmas. Começarei então por tratar das igrejas ou ermidas que foram destruídas, e não deixaram sequer marcas da sua existência, para além dos relatos deixados por João Amaral ou outras fontes da época. Assim sendo e devido à forte implantação do espírito religioso, verificado através do número de igrejas, ermidas ou capelas de que há registo, mas das quais irão apenas ser analisadas apenas aquelas que sofreram com as invasões francesas, optei por dividir este ponto do trabalho em duas partes distintas. Primeiramente irão ser analisados os edifícios de cariz mais popular, situados nas zonas fronteiriças, à época, da freguesia de Vila Franca de Xira, mas também de Alhandra e Castanheira do Ribatejo. Estes edifícios são referidos como sendo de cariz popular por a sua administração ser exercida por populares.

De seguida serão analisados os edifícios de cariz secular e também régio, estes em menor quantidade, mas tal como já referi anteriormente, irão ser apenas tratados aqueles que foram afectados pela invasão Francesa. Por fim irão ser apresentados dois episódios caricatos mas bastante relevantes para este ponto do trabalho. O primeiro acerca da profanação e furto numa igreja em Alverca, onde ficou por se descobrir quem foi o culpado por estes actos. O segundo acerca do retiro dos bens de uma igreja em Vila Franca de Xira, na tentativa de os salvar das pilhagens, e cujo espólio, incluindo vários objectos em prata, acabou alegadamente por se perder no fundo do rio Tejo aquando uma tempestade.

No que concerne o primeiro ponto, acerca dos edifícios de cariz mais popular, incluem-se as seguintes ermidas: a Ermida da Quinta do Cabo, a Ermida de Santa Sofia, a Ermida de Santo Amaro, a Ermida de Nossa Senhora dos Remédios, a Ermida das Mercês, a Ermida de Nossa Senhora das Necessidades, a Igreja dedicada à Santíssima Virgem, a Ermida da Senhora do Tojo e a Capela do Mártir São Brás.

Num relato de João Amaral, deixado nas suas memórias, relativamente à extinta Ermida da Quinta do Cabo em Povos (Vila Franca de Xira), o vila-franquense deixa transparecer com clareza, que percebe muito bem como os franceses procediam durante as ocupações.

Só um altar, e nele o retábulo de Jesus Cristo crucificado, pintura de Autor, e mestre; foi roubado pelos Pintores Franceses, que acompanhavam o exército invasor para este mesmo fim; tudo o que conheciam chefe de obra quer em pintura, quer em escultura furtaram, e se remetia para França.⁴⁵

Para a ruína desta ermida, concorreram franceses, ingleses e portugueses e João Amaral não poupa nenhum na sua crítica declarando que à sua época, em 1854, esta Ermida não passava de um “imundo pardieiro” que servia apenas para abrigar as cabras e as ovelhas.

Segue-se a Ermida de Santa Sofia. A sua construção está ligada aos lavradores que a mandaram edificar por altura de um período de grandes secas naquela zona. Formou-se nesse tempo uma numerosa Confraria, tendo o Compromisso desta Corporação sido assinado por Filipe II⁴⁶, dando indícios, de que a sua construção dataria do final da segunda metade do século XVI. Em 1810 os franceses destruíram a Ermida de Santa Sofia, sendo reparada em 1814 com procedimento da Confraria, e dando continuidade às festividades ali celebradas.⁴⁷ Foi já no âmbito das lutas liberais, e com a decadência do regime absolutista, que a Confraria perdeu a importância, que já havia detido noutros tempos, de tal forma que a Ermida acabou por ser deixada ao abandono. Em 1846, dado o seu estado de ruína, foi efectuada a venda do imóvel, pelo Governo, e adquirida por Francisco de Paula Fonseca Esguelha.⁴⁸

A Ermida de Santo Amaro era um edifício religioso fundado na meia encosta do Monte Gordo, ponto alto relativamente à vila. Quando as tropas francesas ocuparam Vila Franca de Xira o edifício ficou totalmente arruinado. As fortes chuvas molharam os matos e os franceses, não se podendo servir da madeira para combustível, para se aquecerem ou prepararem as refeições, utilizaram o madeiramento do tecto da Ermida e o coro das portas, reduzindo a ruínas esta casa religiosa.⁴⁹ Sem tecto para a proteger, o solo ficou encharcado, e a humidade arruinou um Retábulo com uma pintura antiquíssima que se encontrava no Altar-mor.⁵⁰ Desta forma se extinguiu este edifício religioso.

⁴⁵ Amaral, *Ofertas Históricas Relativas à Povoação de Vila Franca de Xira para Instrução dos Vindouros*, Volume II, p.48.

⁴⁶ Amaral, *Ibidem*, p.45.

⁴⁷ Idem, *Ibidem*, p.17.

⁴⁸ Maria João Martinho e Paula Monteiro, “O Património Religioso de Vila Franca de Xira – Igrejas, Ermidas e Hospitais da Cidade – Sua origem, funcionamento e extinção” in *Núcleo Museológico de Arte Sacra – Igreja do Mártir Santo S. Sebastião*, Catálogo de Exposição, Museu Municipal de Vila Franca de Xira, 2001 p.60.

⁴⁹ Amaral, *Ibidem*, pp.15-16.

⁵⁰ Idem, *Ibidem*, pp.44-45.

Pouco há a dizer acerca da Senhora dos Remédios. A sua Ermida estava situada na Quinta dos Remédios, próxima da Aldeia de À-dos-Bispos, pertencente a Vila Franca de Xira. Identifica-se o proprietário como sendo Joaquim Palyart. As missas eram celebradas num largo e as pessoas interessadas podiam entrar na propriedade para as poderem ouvir. Esta quinta era também local de uma festa que se realizava anualmente, a 8 de Setembro, e onde havia *fogueira, foguetes, e gaita de foles com tambores*. Também ela foi quase toda arruinada com a passagem dos franceses, não chegando aos nossos dias.⁵¹

Relativamente à igreja de Nossa Senhora das Mercês, já existe referência à sua existência em inícios do século XVIII por parte do Padre António Carvalho da Costa no livro *Corografia e Descrição do Famoso Reyno de Portugal*.⁵² Trata-se apenas de uma enumeração dos edifícios religiosos de Vila Franca de Xira, pelo que não possui mais nenhuma informação relativamente à mesma. A Ermida das Mercês era de administração popular e encontrava-se junto ao cemitério de Vila Franca de Xira defronte da localização actual da Praça de Touros. Na Invasão de 1810 a Ermida padeceu, mas ainda assim se conseguiram reparar os estragos que ela sofreu.⁵³ Com a extinção das Ordens Religiosas, em 1834, a Ermida foi integrada nos bens nacionais, não tendo sido reivindicado o edifício pela Câmara, à qual pertencia. Lá se instalou o *Theatro Popular* e uma estância de madeiras. Em 1885 houve correspondência entre a Câmara e o proprietário no sentido de converter a Ermida das Mercês em Capela do Cemitério, pelo que ela hoje é inexistente na sua forma original.⁵⁴

A Ermida da intitulada Senhora das Necessidades surgiu precisamente da necessidade em se albergar a imagem de Nossa Senhora, após a destruição do anterior local onde esta se encontrava, pelo terramoto de 1755. Esta Ermida datava do último quartel do século XVIII e foi edificada através do dinheiro conseguido num peditório da Corporação do Ofício de Sapateiro, e cujos membros tinham enorme devoção pela imagem de Nossa Senhora.⁵⁵ Também ela sofreu enormes prejuízos e danos com a invasão Francesa, ao ponto de não se poder dar continuidade ao culto religioso. Desta forma a perda material deu lugar à perda

⁵¹ Idem, *Ibidem*, pp. 22-23.

⁵² Padre António Carvalho da Costa, *Corografia Portuguesa e Descrição do Famoso Reyno de Portugal*, Tomo III, Lisboa, Oficina Real Deslandesiana, 1712, pp. 32 e 33.

⁵³ Amaral, *Ibidem*, p.49.

⁵⁴ Idem, *Ibidem.*, pp. 58-59.

⁵⁵ Maria João Martinho e Paula Monteiro, *op. cit.*, pp. 56-57.

espiritual e na época de Amaral (1854), a Ermida da Senhora das Necessidades, deu lugar a um armazém de ferramentas e utensílios do Município.⁵⁶

Em Castanheira do Ribatejo edificou-se num dos montes vizinhos da Vila, no século XVII, a Igreja dedicada à Santíssima Virgem através da invocação da Senhora da Barroquinha. Em 1810 as tropas francesas estragaram as madeiras desta Igreja durante a sua estadia, nesse mesmo ano, na Castanheira, para depois serem utilizadas como combustível. No entanto João Amaral acusa os maiores estragos como tendo sido feitos pelo Prior que representava esta igreja, que a demoliu para vender os materiais, e que o dinheiro que daí adveio serviu para comprar coisas que a Sacristia da freguesia carecia. A destruição feita pelos franceses podia ter remédio; «mas o Prior quebrando cantaria, e lajedo e reduzindo a alvenaria, maior dano, difícil de emendar».⁵⁷

Sobre a Igreja da Senhora do Tojo, também ela localizada na Castanheira do Ribatejo, sofreu com a estadia dos franceses. Apesar de ter sido maltratada nos madeiramentos não foi completamente destruída pelas tropas invasoras. Para Amaral, os verdadeiros culpados da sua destruição foram a má administração por parte do Município da Castanheira e mais tarde, na sua época, em 1854, a indiferença a que ficou sujeita a Ermida da Senhora do Tojo por parte da administração de Vila Franca de Xira, que a deixou ser arruinada pelas chuvas.⁵⁸

Relativamente à capela dedicada ao Mártir de S. Brás pouco há a dizer acerca dela. João Amaral indica localizar-se na *freguesia de S. João Baptista da Vila de Alhandra no sítio dito Agruela*⁵⁹, e que esta Capela padeceu em quase total ruína durante a invasão dos Franceses.⁶⁰ Não existe mais nenhuma informação sobre esta Capela, pelo que se pode assumir que foi completamente destruída.

Relativamente ao segundo ponto, acerca dos edifícios de cariz secular e régio, incluem-se: a Igreja da Misericórdia de Vila Franca de Xira e a Ermida do Senhor Jesus dos Incuráveis.

⁵⁶ Idem, *Ibidem*, p.33.

⁵⁷ Amaral, *Ibidem*, p.43.

⁵⁸ Idem, *Ibidem*, p.43.

⁵⁹ Idem, *Ibidem*, p.50.

⁶⁰ Este caso é paradigmático na narrativa de João Amaral. Por um lado ele indica que existiu uma quase total ruína da Capela durante a invasão francesa em 1810, no entanto as tropas invasoras apenas se instalaram durante uns dias em Vila Franca de Xira e não em Alhandra. Por outro lado indica também a localização da Agruela como sendo uma localidade de Alhandra, quando esta é uma localidade de Vila Franca de Xira. Existe ainda uma contradição por parte de João Amaral que atribuiu uma quase total ruína a esta Capela, para de seguida dizer que houveram lá celebrações e novamente retomando que esta Capela servia de celeiro.

Não haveria muito a dizer sobre a Igreja da Misericórdia de Vila Franca de Xira, não tivesse ela chegado aos nossos dias. A sua construção é apontada para ainda antes do século XVI. As suas paredes interiores estão forradas com painéis azulejares do século XVIII e ostentam algumas pinturas datadas do século XVII e XVIII, com a representação de diversos aspectos da Vida de Cristo.⁶¹ Sobre a Igreja da Misericórdia o relato de João Amaral é curto, dizendo que esta e as suas oficinas sofreram mais danos com a invasão de 1810 do que com o terramoto de 1755, que tinha causado graves danos em ambos os edifícios, mas que foram reparados pela Irmandade.⁶²

Passando por fim à Ermida do Senhor Jesus dos Incuráveis, esta estava integrada no Hospital da Caridade, pelo que se desconhece a sua localização exacta, para além de que se situava na freguesia de São Vicente Mártir da Vila. A fundação desta ermida teria ligação ao reinado de D. João V, que, comprando casas nas quais se constituíram enfermarias para receber doentes, foram incorporadas nos bens da Coroa. Numa dessas enfermarias foi colocada a Imagem de Cristo Crucificado, transformando desta forma aquele espaço em Capela.⁶³ A Capela sofreu bastantes estragos com a invasão dos Franceses em 1810; *porém a devoção dos habitantes á Imagem não se extinguiu, e voltando das Linhas de Lisboa houve devotos que repararam os estragos, e assearam Capela, e o fervor da devoção aumentou até melhorarem com outra nova Imagem pelo tipo da antiga.*⁶⁴

De todas estas igrejas apenas uma chegou aos dias de hoje; a Igreja da Misericórdia de Vila Franca de Xira. Apenas foram mencionadas as igrejas e ermidas que sofreram com as invasões francesas, pelo que se pode observar, que em todas aquelas que sofreram estragos apenas uma chegou intacta aos nossos dias. Por outro lado, ao passo que aquelas que foram completamente destruídas não deixaram sequer marcas da sua existência, as ruínas da Ermida da Nossa Senhora do Tojo, na Castanheira do Ribatejo, chegaram até aos nossos dias. É de salientar ainda a enorme quantidade de edificações religiosas existentes em Vila Franca de Xira, à época, que são uma prova da enorme devoção que esta população tinha.

Em síntese, a acção dos franceses passava inicialmente pela pilhagem dos objectos existentes nas igrejas e capelas passando de seguida à destruição das mesmas. Quando a necessidade assim o exigia as madeiras das ermidas eram arrancadas e utilizadas para estes se aquecerem e cozinharem.

⁶¹ Maria João Martinho e Paula Monteiro, *op. cit.*, p.48

⁶² Amaral, *Ibidem*, p.44

⁶³ Maria João Martinho e Paula Monteiro, *op. cit.*, p.52

⁶⁴ Amaral, *Ibidem*, p.23-25

No entanto, as perdas materiais e a destruição das igrejas não foram exclusivas dos furtos e da negligência por parte dos franceses. Também duas unidades armadas portuguesas foram acusadas de deixar marcas com a sua passagem na freguesia de Alverca. Relativamente a estas, concretamente o Regimento de Artilharia do Algarve, e parte de um Regimento Português de Cavalaria, assim o reporta o Vigário da Igreja suportado pelos habitantes da freguesia de Alverca⁶⁵, Francisco Teixeira de Barros a 22 de Outubro de 1810, deixaram marcas com a sua passagem. O Regimento de Cavalaria é acusado de fazer acomodar os cavalos nos sobrados e até na Igreja junto ao Altar do Sacramento, roubar, estragar e profanar, chegando inclusive a despir as imagens que representam a Divindade e os seus Santos. O Vigário lamenta o saque que diz ter sido de âmbito geral e que na Igreja não ficou nada, a ponto de não haver vestimenta, nem nenhum ornamento, com que possa celebrar-se, ou fazer a menor demonstração do Cristianismo. Para além dos estragos causados na igreja, são ainda acusados pelo vigário e pelos habitantes de Alverca, de se dirigirem «às Cazas particulares, pondo fora os Donos dellas, quebrando os trastes, e todo o trém útil, estragando os fructos, arrojando-se a venda publica dos mesmos fructos, como se fossem donos, fazendo um saque geral, de modo que nada ficou de preciozo.»⁶⁶

Numa tentativa de se encontrarem os culpados, Carlos Frederico Lecor⁶⁷, ordenou ao Capitão Comandante responsável pelo Regimento de Artilharia acusado, que fizesse a indagação necessária para se descobrirem quem tinham sido os culpados. A resposta saiu com prontidão do Quartel de Alhandra, por parte de João Ignácio de Sequeira⁶⁸, que defende que a sua unidade chegou a Alverca já depois do sucedido e que a sua tropa não era portanto culpada daquilo de que tinha sido acusada pelo Vigário da Igreja.

[...] no dia 10 d'Outubro entrei eu as 11 horas do dia com as tropas do commando naquella villa achando nela bastante tropa inglesa, e alguns portugueses que nessa m.^a noite pelas 11 horas sahi eu da villa e entrou nella toda a Divizão Ingleza do Commando do Ex.mo G. [General] Hill e que tendo naqueles dois dias entrado ali tanta tropa se torna

⁶⁵ Neste documento existem cerca de quatro folhas com assinaturas de escrivães, vereadores e ainda de indivíduos sem nenhum ofício designado.

⁶⁶ *Correspondência de Caetano Alberto de Mendonça sobre remessa de processo de acusação que os moradores da vila de Alverca querem fazer recair sobre os soldados do Regimento de Artilharia 2, AHM/DIV/1/14/263/08, fol.1-2.*

⁶⁷ Coronel Carlos Frederico Lecor (1764-1836) foi um militar e nobre português com destacada actuação durante a Guerra Peninsular. Em 1811 era comandante da 6ª Brigada portuguesa do exército anglo-luso de Wellington, e foi promovido em Maio desse ano a brigadeiro.

⁶⁸ Capitão Comandante do Regimento de Artilharia.

impossível o conhecer quem forão os que cometeram aqueles horrosos atentados, e mesmo os habitantes daquela villa estão em tal confusão que não podem dizer quem foi pois que na Representação a V. A. R. dizem que forão aos Artelheiros, e Cav.^a Portugueza e as testemunhas dizem que foi Cavalaria Ingleza e os Artelheiros.⁶⁹

Assim sendo não foi possível provar ao certo quem tinha sido o autor dos estragos causados e dos furtos; se as unidades portuguesas ou a tropa inglesa. No entanto, e apesar de esta dúvida subsistir, considero que a conclusão que se pode retirar é de que a igreja em Alverca ficou realmente danificada e as peças que lá existiam desapareceram.

Por último, irei tratar do caricato episódio relativamente a uma igreja em Vila Franca, a qual se desconhece tanto o nome como a localização exacta, e cujos objectos em prata, cartório e ornamentos alegadamente se perderam no Tejo após uma tempestade que virou a fragata onde estas seguiam. O testemunho deixado pelo Prior de Vila Franca de Xira, Luís José da Silva, não é importante apenas por relatar estes acontecimentos relativos às perdas da igreja, mas também pelo relato daquilo que ele próprio passou; desde o aboletamento de tropas portuguesas e da cedência de palha para alimentar os cavalos do exército de Bacelar⁷⁰ no ano de 1807, bem como o acto altruísta de oferecer dois soldados pagos à sua custa, para a organização do exército português, bem como dois moios⁷¹ de trigo.

Assim que o Prior de Vila Franca de Xira, Luís José da Silva, recebeu o aviso do Auditor do Exército Português, retirou-se da vila, salvando com muito custo todas as pratas da sua Igreja, todos os paramentos e todo o cartório, cuja antiguidade referenciou como tendo mais de trezentos anos. As peças foram levadas em segurança numa falua para fora de Vila Franca de Xira sem qualquer problema. No entanto, quando se tratou de as remeter de volta numa fragata, reporta-se que houve uma tempestade que a afundou e apenas se conseguiram salvar alguns sacos de trigo e nada mais. Tendo perdido praticamente tudo, o Prior queixa-se de não ter meios para voltar a restabelecer-se em Vila Franca de Xira, onde diz não haver nada mais do que fome e miséria e onde ainda existem muitos estragos. Pelo que apela, nesta carta datada de 22 de Novembro de 1810, para que possa manter o ofício para que fora nomeado e onde já estava a exercer há quinze dias, como Almojarife do Hospital do Calvário, para que consiga angariar rendimentos suficientes para voltar a estabelecer-se em Vila Franca de Xira e retomar o seu ofício de Prior assim que os franceses fossem derrotados

⁶⁹ *Correspondência de Caetano Alberto de Mendonça...*, AHM/DIV/1/14/263/08, fol.7-8.

⁷⁰ Manuel Pinto de Moraes Bacelar (1741-1816) foi 1.º visconde de Montalegre e um nobre oficial general do Exército Português que se distinguiu na Guerra Peninsular.

⁷¹ O moio era uma antiga unidade de medida. 1 Moio equivalia aproximadamente a 828 litros.

ou abandonassem o território português. Acrescendo à tempestade, o Prior queixa-se de há três anos, em 1807, ter sofrido activamente com aboletamentos das tropas e com a morosa estadia, quarenta e seis dias, do exército de Bacelar, onde deu toda a palha para alimentar os cavalos da sua tropa. Para além disso terá oferecido gratuitamente para a organização do exército português, dois soldados pagos à sua custa bem como dois moios de trigo do ordenado do Almojarife do Real Paço de Samora. Luís José da Silva nega por fim querer qualquer tipo de recompensa por aquilo que fez, desejando apenas manter, se possível, o seu cargo nesse ou noutra qualquer dos Hospitais Militares, alegando terem-lhe dito que eram bons sítios para homens do seu carácter.⁷²

Desta forma se conclui este episódio caricato que de certo modo também serviu para expor as acções altruístas do prior de Vila Franca de Xira, auxiliando como conseguiu e sem querer tirar proveito das mesmas para seu benefício, percebendo a importância da defesa do território contra as tropas invasoras durante este período conturbado.

Aparte de todos estes casos aqui relatados existe ainda o caso de uma ermida de São Sebastião em Vialonga, no Lugar do Cabo, que o Cura da dita freguesia e os moradores reportaram como tendo sido utilizada para servir de paiol⁷³ de munições de guerra e mais tarde como depósito de materiais.⁷⁴ Para além disso não existe mais informação relativamente a esta ermida nem se a mesma deixou de servir como armazém de materiais. Este não foi um caso único certamente, pois como vai ser explorado no ponto seguinte, se os edifícios tinham alguma utilidade prática, ou pela sua localização ou pela sua estrutura, acabavam certamente por ser utilizados pelas tropas inglesas e portuguesas.

⁷² *Ofícios de Luís José da Silva, prior de Vila Franca de Xira, para D. Miguel Pereira Forjaz, ministro e secretário de Estado dos Negócios da Guerra, sobre a invasão dos franceses e o retiro dos bens da sua igreja, AHM/DIV/1/14/245/29.*

⁷³ Um paiol, em arquitectura militar, é o local de uma fortificação que se destina ao armazenamento de explosivos e/ou munições.

⁷⁴ Esta afirmação é suportada pelo documento em anexo. Doc. 1 - Tabela dos prejuízos que tiveram os proprietários em consequência das obras de fortificação durante a guerra.

2.2. Os Moinhos, as Quintas e os Recursos Locais

Tratando agora do património privado, importa exaltar que toda a destruição efectuada a mando dos oficiais ingleses foi devidamente avaliada, e que, os proprietários afectados receberam compensações que, apesar de tudo, não cobriam a totalidade dos estragos praticados. Começarei então por referenciar os moinhos que foram destruídos por se encontrarem em zonas que, tapavam ou dificultavam, a visibilidade e o alinhamento de tiro das tropas a partir dos fortes ou que foram utilizados para servirem de paiol ou redutos⁷⁵. Relativamente às quintas será tratado um caso particular de estragos praticados pelos soldados do Regimento de Milícias de Torres Vedras nas searas de Vialonga e em mais sete quintas da freguesia, e uma em Povos. Aproveitando a relação que este caso oferece com os recursos naturais, segue-se o último ponto, em que irão ser tratados os impactos nos recursos locais. Neste último ponto será tratada a destruição de terrenos agrícolas, abegoaria e vinhas para construção de fortes ou estradas e o abate de árvores cuja madeira era utilizada para construir pontes ou simplesmente para desimpedir o terreno.

O Coronel John T. Jones escreve que a apropriação dos terrenos necessários para os locais de construção de estradas, escarpas e fortes foi feita sem qualquer referência ou queixa por parte dos proprietários ou dos ocupantes desses terrenos. No entanto, escreve, que foram dadas compensações aos proprietários pelas oliveiras cortadas e pelas árvores abatidas nos bosques privados, e pelas colheitas destruídas antes da chegada das tropas invasoras francesas. Os proprietários dos moinhos que foram desmantelados por estarem localizados em encostas escolhidas para se construírem as defesas, recebiam um pagamento mensal equivalente à média dos seus ganhos anteriores e ainda uma soma de dinheiro pela restauração da maquinaria. Mas de qualquer modo os maiores danos sofridos pelos proprietários privados aconteceram quando as linhas se tornaram local de batalha e aí os estragos tiveram de ser sustidos pelos próprios proprietários.⁷⁶

Aponta-se a demolição total dos seguintes moinhos para a construção dos redutos nº 119 e nº118 respectivamente. Dois moinhos de um engenho, propriedade de Domingos Félix

⁷⁵ Designa-se reduto, em arquitectura militar, a uma obra de pequenas dimensões, de planta quadrangular, num baluarte ou revelim, ou por vezes fora da esplanada, mas ainda ao alcance do poder de fogo do caminho coberto da fortificação abaluartada. Durante as Invasões Francesas, nas Linhas de Torres, os redutos surgem por diversas vezes isolados, ou seja, sem estarem associados a um outro baluarte ou revelim.

⁷⁶ Coronel John T. Jones, *op. cit.*, pp.105-106.

dos Santos, médico em Lisboa, bem como um moinho de dois engenhos, propriedade de Joaquina Inácia, viúva em Calhandriz.

Sobre o aproveitamento dos moinhos para servirem de paiol: um moinho de vento e um moinho de um engenho, ambos propriedade do Capitão de Ordenanças do Distrito de Vialonga, Manoel António de Lima e localizados no reduto nº127.⁷⁷

Relativamente aos estragos praticados nas searas e nas quintas, pelos soldados do Regimento de Milícias de Torres Vedras, importa ressaltar que este foi um episódio reportado pela Condessa de Vale dos Reis e intermediada pelo coronel Carlos Frederico Lecor em Março de 1811, no entanto a indagação destes acontecimentos havia sido feita em Agosto do ano anterior, pelo que estes estragos terão sido feitos em 1810. Os estragos foram praticados pelos soldados do Regimento de Milícias de Torres Vedras nas searas de Vialonga e em sete quintas da freguesia, e uma em Povos: Quinta da Flamenga, do Serpa, da Boca da Lapa, das Médicas, do Cabo (Povos), do Buraco e de Santa Maria.

A Condessa de Vale dos Reis queixa-se da indisciplina dos soldados do Regimento de Milícias de Torres Vedras, que sem estarem devidamente autorizados pelos seus oficiais, lavraram na sua Quinta da Flamenga, os agricultores também o atestam, e após a destruição dos campos e dos cortes de oliveiras procederam ainda a destruir o Palácio aí existente e que pertencia à dita condessa.

[...] Estes indevidos como se pezaçem terreno inimigo tem devastado a referida Quinta a ponto de Se queimarem as portas do seo Palácio e de Se arrombarem algumas cazas e Armários [...] cortando lhe a maior parte das Oliveiras [...] Dizem os Lavradores da Freguezia de Vialonga que tendo os supp[licantes] excedido as suas forças p^a apesar da clamidade dos tempos e triste estado das couzas semearam as terras daquelle distrito [...] excapando a invasão do inimigo, eles observão soldados e suas searas se comtemplão em maior desgraça da que exprementarão antes de emprenderem aquella Cultura em Beneficio comum [...]⁷⁸

O responsável pela inquirição, Manuel José Malheiro de Lima e Castro, sargento-mor do Regimento de Infantaria de Linha n.º 12, relata que observou nas várias dependências do Palácio da Quinta Flamenga os estragos causados pelos soldados milicianos de Torres Vedras:

⁷⁷ Esta afirmação é suportada pelo documento em anexo. Doc. 1 - Tabela dos prejuízos que tiveram os proprietários em consequência das obras de fortificação durante a guerra.

⁷⁸ *Correspondência de Carlos Frederico Lécór para D. António Soares de Noronha sobre os estragos praticados na quinta da Flamenga, da condessa de Vale dos Reis, e nas searas dos lavradores de Vialonga, acompanhada dos respectivos requerimentos*, AHM/DIV/1/14/175/63, pp. 2-3.

na sala da copa, corredores e águas-furtadas, na sala do fogão, cozinha, foram destruídas portas, prateleiras, armários, uma cadeira da Condessa, e observou ainda vestígios de que os ditos soldados assentaram praça nas salas do palácio. Nos olivais da quinta, Manuel Malheiro diz ainda ter observado dezenas de oliveiras arrancadas.

A inquirição seguinte foi executada pelo Sargento António José Coelho. Da parte da condessa, a sua 1ª testemunha, Mariana Thereza, de 70 anos, moradora no palácio que sofreu os estragos, diz que os soldados quebraram e queimaram a lenha na cozinha, possivelmente a madeira proveniente das oliveiras. E que alguns soldados lhe tinham dito que, quanto à cadeirinha da Condessa, tinha sido quebrada por umas mulheres que andavam em companhia desses mesmos soldados, e que estas lhe retiraram o veludo e as guarnições. A 2ª testemunha, Inês Maria, 37 anos, moradora no palácio, diz que viu os soldados das milícias quebrarem uma porta de um armário das águas furtadas, e a queimarem algumas tábuas. Não sabe os nomes, mas diz serem os soldados que “assistiam” (moravam) no palácio. Relata ainda que por vezes havia queimas, possivelmente das oliveiras, mas que não sabia de onde elas vinham. A 3ª testemunha, Joaquim Soares, 40 anos, diz ter ouvido que os soldados queimaram as portas dos armários, prateleiras, tábuas e janelas de sacada, atiraram ainda lixo para cima do telhado, e que tinha visto cortarem e escalavrarem oliveiras da quinta para queimar. Por fim a 4ª testemunha da condessa, Joaquim Pinheiro, 30 anos, trabalhador na quinta, diz que viu os soldados das milícias de Torres Vedras cortarem muitas oliveiras pelo pé e escalavrarem outras, com machados.⁷⁹

Não foi este o único caso de devastação que os soldados do Regimento de Milícias de Torres Vedras foram acusados de terem perpetrado. Seguem-se os outros casos, também eles praticados em quintas em Vialonga.

Passando agora aos estragos causados na Quinta do Serpa, as três testemunhas inquiridas, relatam que os soldados escalavraram as oliveiras pelo pé com machados para fazerem uso da lenha.

A inquirição seguinte foi feita por António Rodrigues, caseiro de Dom José Correia Leitão. Apesar de não ter informação acerca dos mesmos, penso que se pode assumir que Dom José Correia Leitão, era do ponto de vista social, uma pessoa de relevo ou respeitável, para que esta inquirição tivesse sido feita pelo seu caseiro. As testemunhas dizem que, quando os soldados entraram na casa de Dom José Leitão; desencaminharam muitas loiças da cozinha

⁷⁹ *Correspondência de Carlos Frederico Lécór para D. António Soares de Noronha...*, AHM/DIV/1/14/175/63, pp. 5-9.

que foram de seguida quebradas, retiraram cadeiras e tábuas da cozinha e do quintal para queimar no quintal juntamente com lenhas das ramadas, das videiras e das figueiras que também haviam cortado. A última testemunha diz que esta milícia estava aquartelada na casa de Dom José e que, para além do que já havia sido reportado, quebraram ainda duas bancas e tiraram tábuas do sótão e que procederam a queimar as ditas madeiras.

Da Quinta da Boca da Lapa contam as testemunhas que foram arrancadas pelo pé sete oliveiras e que outras foram cortadas com machado. Esta quinta tinha em redor o reduto nº127, aproveitando um moinho de outra quinta para servir como paiol.

Tratando agora a Quinta das Médicas as testemunhas dizem ter visto as oliveiras da quinta serem escalavradas com machados pelos soldados. Na seara, que estava semeada com cevada, fizeram uma estrada pelo meio; deitaram abaixo todas as ramadas que encontraram em volta da quinta; escavacaram e tiraram as rodas da nora de um poço para queimarem tudo. Deitaram abaixo parte de um muro ao pé das casas da quinta para terem passagem para fora da mesma. Desfizeram portas, janelas, tábuas do soalho das salas e ainda de uma escada que dava para a loja, com um machado, causando grandes prejuízos. Fizeram ainda um rombo numa das salas para retirar vinho de uma cuba que se situava por baixo.

Passando para a Quinta do Cabo, as milícias de Torres Vedras retiraram e queimaram parte da ramada que existia em volta da quinta, e deixaram videiras no terreno, tudo para utilizarem como lenha. Tiraram a maior parte da madeira de um celeiro, arrombaram a adega e tiraram duas grandes chaves de bronze, inclusive do tanque. Entraram dentro da loja, tiraram várias ferragens e uma torneira de bronze. No quintal tiraram outra torneira de bronze que estava num tanque na nora, e escavacaram e tiraram as rodas para queimar. As testemunhas não sabem se estas acções foram a mando ou com consentimento dos oficiais.

Na Quinta do Buraco os soldados da milícia de Torres Vedras, que estavam aquartelados nas casas da quinta, retiraram a madeira das ramadas em volta da quinta e racharam seis portas que de seguida queimaram. Furtaram as laranjas que estavam nas laranjeiras e comeram-nas, bem como algumas abóboras. Arrombaram a adega de onde retiraram muita ferragem da lavoura e de uma azenha⁸⁰ de moer pão.

Por fim, na Quinta de Santa Maria, é relatado que os soldados cortaram dois pés de oliveiras e mais três dúzias de ramadas, tudo para ser queimado.

O responsável pelas inquirições, o sargento-mor Manuel José Malheiro de Lima e Castro, assina por baixo de todos os testemunhos e escreve, numa curta declaração, que tudo

⁸⁰ Azenha, mesmo que moinho de água.

aquilo que as testemunhas dizem foi por ele observado e portanto confirma-se a veracidade dos estragos.⁸¹

Por fim, relativamente aos impactos nos recursos locais, foram milhares as árvores que foram cortadas para serem utilizadas nos fortes, na construção de pontes, ou simplesmente para se desimpedir os terrenos que estavam em frente às linhas. Tal aconteceu com a destruição dos terrenos, para servirem como valas e entrincheiramento, deixando esses terrenos inutilizados durante todo o tempo da ocupação e criando prejuízos aos proprietários que lá não puderam cultivar. Os casos serão agora enumerados.

Foram cortadas 87 oliveiras, propriedade de Clemente Antunes, na Serra da Albueira e 800 pés de oliveiras, propriedade de Manoel António de Lima, capitão de Ordenanças do distrito de Vialonga, para se desembaraçar os terrenos que estavam frente às Linhas. Deste último proprietário foram ocupadas 1694 braças quadradas, cerca de 3100 metros quadrados, de terrenos de sementeira para lá se construir o reduto n.º127 e respectivo entrincheiramento.

Foram inutilizados dois terrenos, propriedade do Marquês de Abrantes, um com 274 braças quadradas, cerca de 500 metros quadrados, e um terreno de abegoaria⁸², para desimpedir o terreno em frente ao reduto n.º33 e para se fazer uma vala para entrincheiramento.

Foi destruída uma porção de vinha, propriedade dos herdeiros da Casa dos Castilho, para se fazer um caminho e os muros servirão para fazer um entrincheiramento no reduto n.º127.

A José Pedro Moia, oficial da Secretaria, foram cortadas 1753 oliveiras na Serra da Albueira, que serviram para construir abatises⁸³ e desimpedir o terreno.

A Joaquim José de Vasconcellos, negociante no Terreiro, foram cortados 26 pinheiros na Quinta do Buraco, que serviram para construir uma ponte em Verdelha de Cima.

José Pereira Ricardes, morador na freguesia de Vialonga, como rendeiro da Quinta da Flamenga, declarou terem-se cortado na mesma Quinta 111 árvores entre elas choupos, faias e freixos que serviram para a construção das pontes da estrada de comunicação entre a Agueira e os redutos.

⁸¹ *Correspondência de Carlos Frederico Lécór para D. António Soares de Noronha...*, AHM/DIV/1/14/175/63, pp. 11-20.

⁸² Abegoaria - Criação de Gado.

⁸³ Abatis - Entincheiramento feito com árvores derrubadas voltadas para o inimigo, para lhe impedir o assalto.

Foram cortados 222 pés de oliveiras, propriedade do Barão de Quintella, para servirem na construção de abatisses. E do proprietário denominado simplesmente como Caldas, foi destruída uma vinha e 462 braças quadradas de terreno, cerca de 850 metros quadrados, que foram ocupados pelo reduto nº37.⁸⁴

Foram ainda cortadas 400 árvores, propriedade de Domingos Félix dos Santos, médico em Lisboa, numa courela em Alhandra. Estas árvores serviram para a construção de abatisses na primeira linha.⁸⁵

Desta forma, foi possível perceber alguns dos impactos que os proprietários sustiveram durante a construção das fortificações, nos seus terrenos e alguns certamente, nos seus meios de sustento.

⁸⁴ Esta afirmação é suportada pelo documento em anexo. Doc. 1 - Tabela dos prejuízos que tiveram os proprietários em consequência das obras de fortificação durante a guerra.

⁸⁵ *Requerimento de Domingos Felix dos Santos para que lhe seja restituída a lenha de 400 árvores que se cortaram numa courela de que é possuidor, no distrito da vila de Alhandra, AHM/DIV/1/14/145/50.*

2.3. Outros Casos

Neste ponto último relativo aos impactos económicos e patrimoniais irão ser explorados três casos que não se enquadravam em nenhum dos pontos anteriores. No entanto não poderiam deixar de ser mencionados por também eles estarem relacionados com a terceira invasão, a de Massena. Será então tratado: o caso de destruição de uma fábrica de telha e tijolo, cujos materiais foram usados na construção de fortificações da Primeira Linha de Defesa; um pedido de indemnização por cedência de uma casa para servir de quartel aos ingleses; e ainda o caso de um marchante em Alhandra cujas balanças, pertencentes ao Concelho, foram extraviadas e este as repôs a seu custo, bem como a carne e a courama que lhe pertencia, aquando a invasão das tropas francesas em 1810.

O proprietário da fábrica de telha e tijolo, João António da Silva, viu a sua fábrica e algumas das casas existentes em seu redor, de que também era proprietário, destruídas a mando do General Hill, para se puderem utilizar todos os materiais aí existentes para a construção de fortificações da Primeira Linha. O proprietário era natural e morador no lugar da Ponte místico à vila de Alhandra, termo da vila de Alverca, e a sua fábrica estaria também situada nesta localidade.

Diz João António da Silva [...] que sendo proprietário de huma boa Fábrica de Telha e Tijolo lhe fora esta demolida pelo General Hil no ano de mil oitocentos e dez por causa da Invasão dos Francezes. Aproveitando-se de toda a pedra dos fornos e cazas demolidas e do tijolo e de telha que tinha cozida para vender nas fortificações da Primeira Linha de Defesa desta Capitale [...] cujos perjuízos modicamente avaleados se estimarão em dois contos seiscentos e quarenta mil reis [...] E porque um estrago tao vizivel e lezivo a hum proprietário que vivia athe aquele tempo abundancia e uma família sevê agora como se couza nenhuma tivesse com a sua fábrica adjudicada a credores que lhe forão fiando algum dinheiro para subsistir e concerto da mesma Fábrica e cazas mais utensílios que se lho inutilizarão.⁸⁶

João António da Silva faz o pedido para que, tendo em consideração o falecimento do Coronel e Engenheiro José Vicente Lacerda, último administrador de uma Capela em Alverca, denominada de Adarse, que esta vaga fosse preenchida pelo próprio, que ficaria encarregue da administração e bens da mesma. Desta forma poderia sustentar-se a si e à sua

⁸⁶ *Carta de ofício ao senhor doutor Juiz de Fora, Presidente e oficiais da Câmara da Vila de Alverca [pelo requerente João António da Silva, fabricante de telha e tijolo do lugar da Ponte místico à Vila de Alhandra, termo da Vila de Alverca], AMM/CFLFTV/AMVFX-CMALV/006, fols. 1-2.*

família. O suplicante recebe mercê, mas a indemnização é paga em dinheiro, proveniente dos sobejos do Cofre das Sisas.

É ainda de notar que os estragos foram praticados em 1810 e este ofício está a ser discutido em 1826. No entanto, João António da Silva já havia pedido mercê, em 1823, para ser indemnizado com uma parcela de terra dos domínios régios, concretamente junto das marés nas vizinhanças de Povos e o Vão Velho junto a Monsalvo, pertencentes à Casa do Infantado, ou 8 moios de terras nos baldios juntos às Barracas da Vila Nova pertencentes ao Almojarifado da Azambuja. Relativamente a este pedido, foi-lhe concedida uma mercê.⁸⁷

Relativamente à casa que foi cedida para servir de quartel aos ingleses e ao Porteiro, não terá sido este o único caso em que foram cedidos edifícios para aquartelar tropas, como já foi possível observar no ponto anterior com o aquartelamento de soldados do Regimento de Milícias de Torres Vedras. No entanto, o proprietário desta casa, Manuel Domingos, fez um requerimento para que lhe fosse paga uma indemnização pela estadia dos ingleses na sua casa. João de Sousa declara que assistiu oitenta dias na casa de Manuel Domingos, ficando a dever-lhe 1\$060 réis. Apesar disso, por acórdão da Câmara Municipal de Alhandra, foi deliberado que se pagassem apenas dois meses de renda ao requerente Manuel Domingos. Esse pagamento corresponderia ao tempo em que as casas estiveram ocupadas pelos ingleses lanceiros e pelo Porteiro.⁸⁸

Tratando por fim do caso das balanças que foram extraviadas, Manuel da Cruz que era marchante de Vila Franca de Xira pediu para ser indemnizado pelo prejuízo que teve na compra de duas balanças. Uma balança de arrobação; composta de braços, concha e cadeias na quantia de 24\$000 réis e uma balança do *muido*; composta de braços, concha e cadeias na quantia de 25\$600 réis e os respectivos pesos. A sua despesa serviu para repor as duas balanças que existiam no açougue público, pertencentes ao Concelho, e que haviam sido extraviadas durante a invasão das tropas francesas. Para além disso, Manuel da Cruz pediu também mercê pela carne e courama que estavam no açougue, e que também foram

⁸⁷ *Carta de ofício do corregedor da Comarca do Ribatejo, Amaro José de Araújo Velasco Camisão, para os oficiais da Câmara da Vila Franca de Xira, apelando ao pagamento da indemnização devida a João António da Silva, pelos danos de causa pública que este sofreu na sua fábrica, no lugar da Ponte, em Alverca, aquando da invasão do Exército de Massena, AMM/CFLTV/AMVFX-CMVFX/041.*

⁸⁸ *Requerimento de Manuel Domingos em que solicita à Câmara da Vila de Alhandra uma indemnização por ter adjudicado umas casas para nelas se instalar o Quartel dos Ingleses e o Porteiro, AMM/CFLTV/AMVFX-CMALH/004.*

inutilizados. Na sentença apenas se considerou justificado o extravio das balanças e da carne do açougue público.⁸⁹

⁸⁹ *Auto de Justificação em que é suplicante Manuel da Cruz*, AMM/CLLTV/AMVFX-CMALH/005.

LIMPEZA E RECONSTRUÇÃO

Neste ponto final do meu trabalho de investigação, importa mencionar, por um lado, as medidas tomadas para limpar as terras, reconstruir as casas e suprir a falta de géneros alimentícios e, por outro lado, referenciar os prejuízos sofridos pela população, pelo menos aqueles que foram reportados, e as consequentes indemnizações quando foi caso disso.

Relativamente ao primeiro ponto, houve de imediato um interesse por parte de D. Miguel Pereira Forjaz para que se desse início à limpeza das terras e à reconstrução das casas conforme o exército francês fosse abandonado as mesmas. Para tal pediu ao intendente geral da Polícia da Corte e do Reino, Lucas de Seabra da Silva, que ordenasse o seu ajudante, o Desembargador João Gaudêncio Torres para dar início aos trabalhos começando nas Terras da Estremadura e seguindo pelas da Beira baixa. Era então necessário em primeira ordem desinfestar as terras, sepultando os cadáveres e purificando o ar. De seguida deveriam ser reparadas as casas para que as Terras pudessem receber de novo os seus habitantes e através das Câmaras deveria promover-se a sementeira para suprimir a falta de géneros.

O Principe Regente N. S.r he servido que V. S.^a ordene ao seu Ajudante o Dez.^or João Gaudencio Torres, para que de accôrdo com o Tenente Coronel Duarte Jozé Fava passe às Terras da Estremadura seguindo depois as mais da Beira baixa à proporção que o Inimigo as abandonar, a fim de procurar 1.^o desinfestar as terras, fazendo dar sepultura a todos os cadáveres que encontrar, e purificando o ar por meio de alcatrão queimado, sal, vinagre etc. e fazendo limpar as ruas das imundicias que nellas houverem. 2.^o Fazer reparas de portas e janellas as cazas dos Pobres, e mais necessários deste socorro; e de telhados quando os Inimigos os tenham desmanchado. 3.^o distribuirão pelas competentes Autoridades as gentes que lhe forem remetidas do Senado para serem empregadas em apanhar e recolher os fructos que ainda se poderem aproveitar, pagando os proprietários dos mesmos fructos o jornal e subsistência das referidas gentes. 4.^o Tomarão, por hum preço certo, legumes Azeite, Milho etc. para a subsistência das gentes que o Senado mandar, para depois se levar em conta a seus donos, pagando-se dos vencimentos das mesmas gentes. 5.^o Será livre aos donos dos fructos, quando compareção, o fazer separadamente, e como melhor lhes convier o recolhimento dos seus géneros. 6.^o logo que as Terras estiverem limpas e promptas para receberem os seus habitantes, deverão as Câmaras respectivas ser avizadas para se recolherem às mesmas terras, e se lhes ordenará que convidem os povos a semearem Couves, Nabos, Favas, Batatas etc. para com mais promptidão, supprimimem a falta de outros géneros de que não poderão ser fornecidos com tanta facilidade. 7.^o Finalmente deverá o referido Dez.^or João Gaudencio procurar

por todos os meios possíveis, e quanto seja compatível com as circunstâncias do tempo minorar os males que os Povos das sobreditas terras tem soffrido pela invazão dos Inimigos, pondo em pratica, não só as medidas apontadas, mas todas aquellas que lhe parecerem convenientes para este fim.⁹⁰

Esta carta demonstra ser bastante importante. Por um lado, anuncia não só o aproximar do fim da presença das tropas francesas na zona da Estremadura, por outro demonstra bem qual a importância dada a esta área geográfica e à sua rápida recuperação.

Numa outra carta, endereçada a D. Miguel Pereira Forjaz, António Feliciano de Sousa⁹¹ escreve sobre o estado económico e político de Vila Franca de Xira após a saída dos franceses. Na sua carta, António Feliciano de Sousa, relata o excelente trabalho efetuado por João Gaudêncio Torres, o Desembargador apontado para se encarregar da limpeza das Terras, referido na citação anterior, que extraiu as imundícias que abundavam em Vila Franca de Xira e que condicionavam a saúde dos habitantes. Ainda assim, apesar de toda a diligência, não lhe foi possível deixar a vila num estado total de limpeza pois as Brigadas Espanholas, na sua passagem, voltaram a sujar as ruas que já haviam sido limpas. João Gaudêncio Torres foi removido dessa tarefa e esta foi entregue ao Corregedor do Ribatejo que até então, segundo António Feliciano, não havia promovido a limpeza necessária, talvez por ausência dos soldados destinados a esse serviço. A vila estava de tal forma imunda e inabitável, que em parte impedia o regresso dos moradores às suas habitações, noutra parte prejudicava os residentes, muitos deles já afectados por doenças. Nessa mesma carta, António Feliciano de Sousa, refere que forneceu um talho com o seu próprio gado e que essa carne seria ministrada gratuitamente por aqueles que precisassem, mas que seria dada preferência aos soldados que lá fossem.⁹²

Desta forma se percebem as dificuldades, que apesar das diligências, ainda se faziam sentir nesta localidade. Então, após a retirada das tropas francesas que tantos estragos haviam praticado, lavrava a fome e a doença em Vila Franca de Xira, que através das acções de alguns faziam por minorar os estragos lá deixados.

⁹⁰ *Correspondência de D. Miguel Pereira Forjaz, ministro e secretário de Estado dos Negócios da Guerra, para Lucas de Seabra da Silva, intendente geral da Polícia da Corte e do Reino, ordenando a manutenção nas terras da Estremadura e Beira Baixa afectadas pela guerra, AHM/DIV/1/14/60/47.*

⁹¹ António Feliciano de Sousa (1766-1832) é à época governador militar, foi capitão-mor de Vila Franca de Xira em 1816 e futuro 1º Barão de Vila Franca.

⁹² *Ofício de António Feliciano de Sousa para D. Miguel Pereira Forjaz, ministro e secretário de Estado dos Negócios da Guerra, sobre o estado económico e político de Vila Franca de Xira, AHM/DIV/1/14/163/76.*

Por fim, é possível observar em detalhe os estragos que foram feitos, o nome dos proprietários e de que formas foram minoradas as perdas dos mesmos, com bastante detalhe, no Doc.1 em anexo. Este documento é apenas uma pequena amostra de todos os estragos que terão certamente ocorrido.

CONCLUSÃO

Através deste trabalho, onde foi abordado um tema já bastante estudado, as invasões francesas, foi possível perceber que o impacto social, económico e patrimonial causado no concelho de Vila Franca de Xira não se deve exclusivamente às tropas francesas. É necessário perceber que as populações locais sofreram bastante com as tropas francesas, mas que as tropas inglesas e portuguesas também tiveram a sua quota-parte nesse processo de destruição. A grande diferença entre ambas as tropas é, facilmente identificável. Se por um lado as tropas aliadas destruíam os campos, os moinhos, as quintas, parte das vezes para construírem as fortificações, por outro, as tropas francesas, destruíam tudo à sua passagem descurando os maus tratos que praticavam junto das populações, furtando e destruindo os bens das pessoas e das igrejas. Assim, fica claro neste estudo que as invasões francesas em muito contribuíram para a desestruturação da sociedade no concelho de Vila Franca de Xira, sendo certamente a principal responsável pela quebra demográfica que caracterizou este concelho na primeira metade do século XIX. O desmantelamento de infra-estruturas económicas, para além claro da destruição do património edificado de natureza religiosa e civil, teve profundas consequências nas actividades económicas neste concelho, ainda que seja muito difícil quantificá-las com exactidão. Não havendo mais trabalhos de referência sobre este tema, é difícil comparar a situação em Vila Franca de Xira com as demais localidades afectadas pelas invasões. Contudo espero que este trabalho contribua para incentivar a que surjam investigações nesse âmbito.

Por fim, penso que tenha ficado clara a ideia da necessidade que existe em se fazerem estudos mais locais sobre este tema. Nunca é demais exaltar a importância dos estudos locais para que estes nos ajudem a compreender temáticas mais amplas. À luz daquilo que nos é apresentado pode ser difícil de manter uma posição imparcial relativamente aos mesmos. Os casos particulares aqui expostos como: a destruição de árvores, de moinhos, os furtos, entre outros, não se trata de uma mera questão de números. Estas foram pessoas reais que perderam, muitas das vezes, tudo aquilo que tinham por pouco que fosse. No entanto temos também outras pessoas ainda, como o caso do açougueiro que pagou as balanças do próprio bolso apesar de pedir uma mercê sobre as mesmas, ou do caso de António Feliciano de Sousa que forneceu um talho com carne de que era proprietário de forma altruísta, ou até mesmo do prior de Vila Franca de Xira, Luís José da Silva, que aboletou tropas portuguesas, cedeu palha para alimentar os cavalos do exército de Bacelar e ainda ofereceu dois soldados, pagos à sua custa, para a organização do exército português. O que destaca certamente este trabalho, de

âmbito mais local, de outros de um âmbito mais geral são, sem dúvida alguma, as pessoas. É desta forma que espero ter contribuído, não apenas para o estudo bem mais amplo das invasões francesas e das linhas de defesa de Lisboa, como também para a história local do concelho de Vila Franca de Xira.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

1. Fontes

1.1. Fontes de Arquivo

Arquivo Nacional da Torre do Tombo:

Conselho de Guerra, Decretos, *Decreto de 11 de Dezembro de 1808*, Mç. 167, cx. 420, doc. 55.

Arquivo Histórico Militar:

Correspondência de Caetano Alberto de Mendonça sobre remessa de processo de acusação que os moradores da vila de Alverca querem fazer recair sobre os soldados do Regimento de Artilharia 2, AHM/DIV/1/14/263/08.

Correspondência de Carlos Frederico Lécór para D. António Soares de Noronha sobre os estragos praticados na quinta da Flamenga, da condessa de Vale dos Reis, e nas searas dos lavradores de Vialonga, acompanhada dos respectivos requerimentos, AHM/DIV/1/14/175/63.

Correspondência de D. Miguel Pereira Forjaz, ministro e secretário de Estado dos Negócios da Guerra, para Lucas de Seabra da Silva, intendente geral da Polícia da Corte e do Reino, ordenando a manutenção nas terras da Estremadura e Beira Baixa afectadas pela guerra, AHM/DIV/1/14/60/47.

Correspondência de John Jones para D. Miguel Pereira Forjaz, ministro e secretário de Estado dos Negócios da Guerra, sobre oficiais, obras de fortificação e transferência de trabalhadores de Mafra para Alhandra, AHM/DIV/1/14/169/020.

Correspondência de José António Soares Pinto Mascarenhas Castelo Branco, juiz de fora da Vila Franca de Xira, para D. Miguel Pereira Forjaz, ministro e secretário de Estado dos Negócios da Guerra, sobre fortificações e obras, AHM/DIV/1/14/130/30.

Informação assinada pelo capitão Baltazar António Falcão, do Real Corpo de Engenheiros, sobre os prejuízos que tiveram os proprietários na zona da 1ª e 2ª linhas de defesa a norte do Tejo em consequência das obras de fortificação que se construíram durante a guerra, AHM/DIV/1/16/046/22.

Ofício de António Feliciano de Sousa para D. Miguel Pereira Forjaz, ministro e secretário de Estado dos Negócios da Guerra, sobre o estado económico e político de Vila Franca de Xira, AHM/DIV/1/14/163/76.

Ofício de Diogo José Palmeiro para D. Miguel Pereira Forjaz, ministro e secretário de Estado dos Negócios da Guerra, sobre obras e abastecimentos, AHM/DIV/1/14/164/22.

Ofício de D. Miguel Pereira Forjaz, ministro e secretário de Estado dos Negócios da Guerra, para o capitão G. F. Meineke sobre o pedido de madeira para as fortificações, AHM/DIV/1/14/060/085.

Ofício de Joaquim Norberto Xavier de Brito para Manuel de Brito Mouzinho sobre a redução do número de homens do Destacamento das Ordenanças empregado nos trabalhos da fortificação do distrito de Vialonga, AHM/DIV/1/14/175/48.

Ofício de José da Costa Araújo para D. Miguel Pereira Forjaz, ministro e secretário de Estado dos Negócios da Guerra, sobre os cortes de madeira necessária para os fortes de Alhandra, AHM/DIV/1/14/173/44.

Ofícios de Luís José da Silva, prior de Vila Franca de Xira, para D. Miguel Pereira Forjaz, ministro e secretário de Estado dos Negócios da Guerra, sobre a invasão dos franceses e o retiro dos bens da sua igreja, AHM/DIV/1/14/245/29.

Ofícios de William Reid para D. Miguel Pereira Forjaz, ministro e secretário de Estado dos Negócios da Guerra, sobre o corte de madeira para as obras da fortificação de Alhandra, AHM/DIV/1/14/173/72.

Relação das forças que tinham em armas, no dia 29 de Outubro, os corpos do Exército em operação, AHM/DIV/1/14/049/27.

Relações dos mortos, delitos e mais danos feitos nos bispados pelo Exército Francês, comandado pelo general Massena, na invasão de 1810 e na retirada em 1811, AHM/DIV/1/14/092/13.

Requerimento de Domingos Felix dos Santos para que lhe seja restituída a lenha de 400 árvores que se cortaram numa courela de que é possuidor, no distrito da vila de Alhandra, AHM/DIV/1/14/145/50.

Arquivo Municipal de Mafra:

Auto de Justificação em que é suplicante Manuel da Cruz, AMM/CFLDTV/AMVFX-CMALH/005.

Carta de ofício ao senhor doutor Juiz de Fora, Presidente e oficiais da Câmara da Vila de Alverca [pelo requerente João António da Silva, fabricante de telha e tijolo do lugar da Ponte místico à Vila de Alhandra, termo da Vila de Alverca], AMM/CFLDTV/AMVFX-CMALV/006.

Carta de ofício do corregedor da Comarca do Ribatejo, Amaro José de Araújo Velasco Camisão, para os oficiais da Câmara da Vila Franca de Xira, apelando ao pagamento da indemnização devida a João António da Silva, pelos danos de causa pública que este sofreu na sua fábrica, no lugar da Ponte, em Alverca, aquando da invasão do Exército de Massena, AMM/CFLDTV/AMVFX-CMVFX/041.

Requerimento de Manuel Domingos em que solicita à Câmara da Vila de Alhandra uma indemnização por ter adjudicado umas casas para nelas se instalar o Quartel dos Ingleses e o Porteiro, AMM/CFLDTV/AMVFX-CMALH/004.

1.2. Fontes Publicadas

AMARAL, João José Miguel Ferreira da Silva, *Ofertas Históricas Relativas à Povoação de Vila Franca de Xira para Instrução dos Vindouros* [1856], Leitura actualizada e prefácio de Maria Cristina Marques, Volume I, Vila Franca de Xira, Edições do Museu Municipal, 1991.

AMARAL, João José Miguel Ferreira da Silva, *Ofertas Históricas Relativas à Povoação de Vila Franca de Xira para Instrução dos Vindouros* [1856], Leitura actualizada e prefácio de Maria Cristina Marques, Volume II, Vila Franca de Xira, Edições do Museu Municipal, 1997.

COSTA, Padre António Carvalho da, *Corografia Portuguesa e Descrição do Famoso Reyno de Portugal*, Tomo III, Lisboa, Oficina Real Deslandesiana, 1712.

Decreto da Rainha D. Maria I, Lisboa, Imprensa Regia, 1809.

Diário da República, *Decreto-lei nº 12614 de 8 de Novembro do Ministério do Interior - Direcção Geral de Administração Política e Civil. Diário da República: I Série nº 250*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1926.

GURWOOD, Colonel John, *The Dispatches of Field Marshall – The Duke of Wellington, during is various campaigns in India, Denmark, Portugal, Spain, the Low Countries, and France*. Volume 3, Londres, Parker, Furnivall, and Parker, 1844.

JONES, Colonel John T., *Memoranda Relative to the Lines Thrown up to Cover Lisbon in 1810*, Londres, C. Roworth, 1829.

2. Bibliografia

BARATA, Manuel Themudo e TEIXEIRA, Nuno Severiano (dir.), *Nova História Militar de Portugal*, vol. 3, Lisboa, Círculo de Leitores, 2004.

CORRIGAN, Gordon, *Wellington – A Military Life*, Londres, Hambledon and London, 2001.

FIGUEIREDO, Vítor, *Alguns Apontamentos para a História da Vialonga Contemporânea (1880-1960)*, in *Boletim de Vialonga*, Vila Franca de Xira, Junta de Freguesia de Vialonga, 1992.

LOBO, Francisco de Sousa, *A Estratégia Militar das Linhas de Torres Vedras no Concelho de Vila Franca de Xira* in *Memórias de Pedra e Cal*, Vila Franca de Xira, Museu Municipal de Vila Franca de Xira, 2001.

LOBO, Francisco de Sousa, *A Defesa de Lisboa (1809-1814) – Linhas de Torres Vedras, Lisboa, Oeiras e Sul do Tejo*, Lisboa, Tribuna da História, 2015.

KIRBY, Troy T., *The Duke of Wellington and the Supply System During the Peninsula War*, Tese de Mestrado em História Militar apresentada à Faculty of the U.S. Army Command and General Staff College, 2011.

MARTINHO, Maria João e MONTEIRO, Paula, “O Património Religioso de Vila Franca de Xira – Igrejas, Ermidas e Hospitais da Cidade – Sua origem, funcionamento e extinção” in *Núcleo Museológico de Arte Sacra – Igreja do Mártir Santo S. Sebastião*, Catálogo de Exposição, Museu Municipal de Vila Franca de Xira, 2001.

MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, vol. 5 – *O Liberalismo (1807-1890)*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993.

MELÍCIAS, André Filipe Vítor, *As Linhas de Torres Vedras: Construção e Impactos Locais (HI2)*, Torres Vedras, CMTV, 2008.

RITA, Fernando Manuel da Silva, *Os Exércitos De Massena E Wellington No Concelho De Santarém (1810-1811) Reflexos no Quotidiano Social, Político, Económico e Castrense*, Lisboa, [s.n.], 2009.

RITA, Fernando Manuel da Silva, *A Guerra Peninsular em Santarém: Impactos da Terceira Invasão Francesa na Região em 1810 e 1811*, Lisboa, Prefácio - Edição de Livros e Revistas, 2011.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*, Vol. II, 3ª Ed, Lisboa, Verbo, 1994.

SEVERN, John, *Architects of Empire – The Duke of Wellington and His Brothers*, Norma-Oklahoma, University of Oklahoma Press, 2007.

SILVEIRA, Luís Nuno Espinha da (coord.), *Os recenseamentos da população portuguesa de 1801 e 1849: Edição Crítica*, Vol. 1-3, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística, 2001.

WELLER, Jack, *Wellington in the Peninsula*, Londres, Greenhill Books, 2006.

ANEXOS

Doc. 1 – Tabela dos prejuízos que tiveram os proprietários em consequência das obras de fortificação durante a guerra.

Nomes, ocupações, e moradas das pessoas prejudicadas	Em que consistirão os prejuízos que experimentarão	Tempo em que forão cauzados, às ordens de quem e para que fim	Avaliação aproximada dos prejuizos	Observações
Clemente Antunes, Lavrador, morador no Lugar da Póvoa de D. Martinho, Freguesia de Sta. Iria	Declarou terem-se-lhe cortado 87 oliveiras em hum prédio que possui na Serra d'Alboeira	Em Agosto de 1810, por ordem do Comandante do Districto, o Tenente Stanway, para os Abatizes e desembaraçar o terreno em frente das Linhas	Ruína aproximada do prédio 208\$800 r. Tem documento do escrivão do julgado e Louvados (?), pelo qual mostra que o Prédio rendia 48:000 r e poderão actualmente render 6\$400 r	Declarou ter recebido na partilha dos Abatizes, 55 pés de oliveira
O Capitam[?] de Ordenanças do Districto de Vialonga Manoel António de Lima	Declarou ter-se-lhe cortado mais de 800 pés de oliveiras, nas courellas que possui na dita Serra	Idem	Ruína aproximada dos prédios 1:920\$000 r. Tem documento do escrivão do julgado que prova o n.º de oliveiras	Recebeu dos Abatizes 111 pés de oliveiras
Idem	1694 Braças quadradas de terra de sementeira	Em Fev.º de 1810, por ordem do Tenente Stanway, para huma estrada de comunicação, e em 1811, por ordem do Capitam Bourgoyne, se lhe construiu o Reducto n.º 127 e o entrincheiramento adjacente	Ruína aproximada 80\$000 r.	Este reducto e seu entrincheiramento deve manter-se em estado permanente de defeza e por isso vai avaliado o rendimento de cinco annos e o capital, isto he: o valor do terreno occupado pelo reducto e entrincheiramento. Attesto o referido
Idem	1 Moinho de vento situado dentro do recinto do Reducto n.º 127	Em 1811, por ordem do Capitam Bourgoyne, para paiol do referido reducto	Ruína aproximada 500\$000 r. não se lhe restituindo o moinho, como deve acontecer conservando-se o reducto	Não há lembrança do mêz em que se executou. Pela renda annual recebia de gratificação 1:200 r. por semana que terminou em Maio de 1814. Attesto o referido
O Exmo. Marquez de Abrantes	Huma Marinha denominada do Veles, que ficou inutilizada o tempo de trez annos, a saber 1810, 1813 e 1814 e tem 274 braças de comprimento e 114 de largura	Em Maio 1810, por ordem do Tenente Stanway, abrindo-se huma valla em frente do entrincheiramento	Ruína aproximada 1:200\$000 r. Rendimento dos 3 annos 5:600\$000 r. Na soposição de que a marinha podia render 2:000 móios de sal nos 3 annos	Em 1811 e 12 fabricou por meio de calhas e em 8 abril 1814, foi auctorizado pelo Governo para reedificar a Marinha
Idem	274 braças de vallado arrazado, de que resultou a ruina do Corte ou Lezirão adjacente ao Tejo em frente do Reducto n.º 33 e oito abertas que se entulharão	Idem ... para descobrirem frente do Reducto	Ruína aproximada do estado 428\$800 r. e 5 annos de renda da Liziria	Declarou o Administrador que a Liziria leva 5 moios de sementeira e não sabe o seu rendimento por que tinha sido semeada pela primeira vez, no anno em que se inutilizou. Attesto o prejuizo referido.
Idem	Huma terra de Abegouaria e outra junta na Liziria, nas quaes houve ao todo, 50 alqueires de trigo e 30 de sevada de diminuição na renda annual	Idem... para continuar por ellas a Vala, e o Enntrincheiramento	Valor aproximado dos 5 annos 210\$000 r.	Por declaração do Administrador Attesto o referido enquanto às vallas e entrincheiramento
Herdeiros da Casa dos Castilho	Huma porção de vinha: occupado o terreno com o caminho de comunicação p.ª a Agueira: esta vinha junto à gola do Reducto 127 ficou em consequência devassada, e sofreu grande diminuição no seu rendimento	Em Fev.º de 1810, por ordem do Tenente Stanway, Além do Caminho de Comunicação, servirão os muros do Prédio. P.ª entrincheiramento e gola do reducto	Valor aproximado do terreno occupado e seu rendimento em 5 annos 60\$000 r.	O terreno deste Prédio occupado pela Estrada de Comunicação, e pelo Entricheirament, será de 900 braças quadradas. Os proprietários não fizeram declaração alguma a este respeito. Attesto o referido.
Joze Pedro Moia, Oficial da Secretaria, morador em Lisboa	Declarou terem-se-lhe cortado 1:753 oliveiras em seis courellas que possui na Serra de Albueira	Em Agosto de 1810, por ordem do Tenente Stanway, pª os Abatizes e descobrir a Campanha	Valor aproximado 4:207\$200 r.	Deve declarar quantos pés de Oliveira recebeu na partilha dos Abatizes. Não apresenta titulo justificativo algum
Joaquim Joze de Vasconcellos, Negociante do Terreiro, morador em Lisboa	Declarou terem-se-lhe cortado 26 Pinheiros na Quinta do Buraco, com incerteza no numero	Em Fevereiro, Março e Abril de 1810, por ordem do Tenente Stanway e forão empregados na construção da ponte da Verdelha de sima	Valor aproximado 10\$400 r.	Esta Quinta pertencia então aos herdeiros do Doutor Tomaz Ant.º, e era administrada pelo Testamenteiro o Pe. Pedro Marques

Joze Pereira Ricardes, morador na freguesia de Vialonga, como rendeiro da Quinta da Flamengo	Declarou ter-se cortado na dita Quinta 111 arvores de Chopos, Faias e Freixos	Em Fevereiro, Março e Abril de 1810, por ordem do Tenente Stanway, p. ^a a construção das pontes da estrada de communição da Aguiera e p. ^a os Reductos	Nao he fácil julgar da avaliação destas Arvores pois se ignorão a quantidade de cada espécie, e as suas dimenções	Não apresenta Documento justificativo mas consta q. com efeito houve Corte de Madeiras na d. ^a Quinta, assim como também na Qt. ^a denominada do Serpa, pertencente a Ant. ^o Bento assis.te na mesma
Manoel Pereira, assistente em Vialonga	Duas casas para arrecadação de materiais e utensillios no Lugar de Vialonga	Por concentimento de seu tempo p. tempo de dois annos	Importância da renda de 3 annos 12\$000 r.	Attesto o referido
Idem	Huma casa no d. ^o lugar q. p. tempo de 4 annos e meio foi occupada com ferramenta	Desde o principio do anno de 1810, p. ordem do Juiz, a requizição d Ten.te Stanway	Idem de 3 ½ 14\$000 r.	Recebeo 4\$000 r. pelo Rendimento de hum anno.
D. Joanna Viúva do Cap.am Luiz Leandro, assistente em Vialonga	Huam caza occupada com a Oficina dos Ferreiros	Idem	Idem de Idem 14\$000 r.	Idem = Não se deve atribuir ao serviço a ruína da referida caza. Attesto referido
O Cap.am Francisco Nicolau, assistente em Vialonga	Huma caza na Rua Direita de Vialonga	Desde Fev. ^o de 1810, até Março de 1811, p. Ordem do Juiz p. ^a Depozito da Ferramenta	Importância da renda 12\$000 r.	Por elle assim o declarar
Idem como rendeiro da Qta. do Exmo. Sr. Visconde de Sousel	Huam cocheira sita na Rua Direita, desde 1810 ate ao S. João de 1814, p. ordem do Juiz	Desde 1810 ate ao S. João de 1814, p. ordem do Juiz, p. Oficia de Carpinteiro	Importância aproximada da renda de 4 ½ annos 18\$000 r.	Esta caza e as sobreditas, e excetto a anteced.te, achei eu occupadas, da maneira declarada, q.do tomei posse deste Districto. Attesto o referido
...
O Cura da Freguesia de Vialonga, e moradores do Lugar do Cabo	Huma Ermida de São Sebastião	Por ordem do Juiz, servio de Paiol das munições de Guerra, e actualm.te de depozito de materiaes		A occupação desta Ermida cauza incomodo aos moradores do d.to lugar p. estarem remottos da Freguez.a. Attesto o referido
O Illustr.mo Barão de Quintella	Declarou o Administrador terem se lhe cortado 220 pés d'Oliveiras	Em Agosto de 1810, p. ordem do Ten.te Stanway, p. ^a os Abatizes	Avaliação aproximada 528\$000 r.	Entrou na partilha q. se fez dos Abatizes, e deve declarar o N. ^o de pés que recebeo
Caldas	Huma vinha junto à estrada real na ala/aba[?] da Serra da Albueira, totalm.te inutilizada. E 462 braças quadradas occupadas pelo Reducto n. ^o 37	Desde 1810, p. ordem do Ten.te Stanway, occupado	Avaliação aproximada 80\$000 r.	Ignoro a qual dos herdeiros pertence, o Prédio e igualm.te outros muitos prejuízos, principalm.te em corte de oliveiras nos prédios q. possui na Serra da Albueira p.r q. não mandou fazer declaração alguma. Pertence-lhe o chão de alguns Reductos, q. em parte erão cultivados e p. inculto. Attesto o referido.
Domingos Felix dos Santos, Medico em Lisboa	Dois Moinhos de hum engenho cada hum, inteiramente demolidos	Em Outubro de 1810, por ordem dos Engenheiros Britânicos para se construir o Reducto N. ^o 119	Avaliados – 1:600\$000 Importancia dos objectos q. declarou ter recebido e vendeu por – 233\$800 (Total) 1:366\$200	
Joaquina Inácia, Viúva em Calhandriz	1 Moinho de dois engenhos, inteiramente demolido	Em Setembro de 1810, por Ordem do Coronel Fletcher, para se construir o Reducto N. ^o 118	Avaliado em 800\$000	Não declarou os utensilios que recebeo o Marido que então era vivo
(...)				
Manuel António de Lima Correa, capp.am de Ordenamento da Comp. ^a de Vialonga	Hum Moinho de hum engenho, e terrenos que occupa o Reducto N. ^o 127 e intrincheiramento	Em 1810, por Ordem do Capp. Engenh. ^o Bourgoijen p. servir de Paiol do d. ^o Reducto	Avaliado o Moinho em 450\$000 Abatendo a importância dos utensilios q. declara ter recebido 76\$000 373\$200 E terreno occupado 80\$000	O Moinho no estado em que actualm.te se acha foi avaliado em 20\$000